



A pesquisa da Coletânea de Discursos sobre Desmembramento e Criação de Estado foi realizada para o período de 1º/01/2009 a 31/08/2011 e classificada em ordem decrescente de data, com base no Banco de Dados do Departamento de Taquigrafia.

150.1.54.O

Publ.: DCD - 14/06/2011 -

Sessão Ordinária - CD

13/06/2011-14:21

DUDIMAR PAXIUBA-PSDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO

EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Lançamento da União da Imprensa pelo Tapajós - UNITA, destinada à coordenação e à divulgação dos trabalhos a favor da criação do Estado do Tapajós. Posicionamento do orador favorável à criação do novo Estado.

O SR. DUDIMAR PAXIUBA (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, gostaria de registrar a criação da União da Imprensa Pelo Tapajós - UNITA, que ocorreu na minha cidade de Itaituba, tendo à frente o brilhante jornalista Jota Parente e que tem por objetivo trabalhar pela divulgação do "sim" à criação do Estado do Tapajós. Participaram da reunião em que foi criada a UNITA os jornalistas Ivan Araújo, Pedro Filho, Manuelzinho, Cláudio do Moura, J. Camargo, José Barros, Diego Mota e Jota Parente, que representou o *Jornal do Comércio*.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para avisar a algumas pessoas mal-informadas ou mal-intencionadas da minha cidade de Itaituba que o PSDB votou favoravelmente ao plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós. Como Deputado que representa principalmente aquela região, votei favoravelmente ao plebiscito. Sou favorável à criação do Estado do Tapajós e vou trabalhar intensamente para divulgar a minha posição em toda a região. Que fique registrada de uma vez por todas a minha posição.

Embora o Presidente do meu partido no Estado tenha posição contrária, no PSDB, como sempre, prevalece a democracia. Portanto, sou favorável à criação do Estado do Tapajós e vou lutar bravamente para que seja concretizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



113.1.54.O
Publ.: DCD - 18/05/2011 - 24123
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD
GRANDE EXPEDIENTE

17/05/2011-17:06
ZÉ GERALDO-PT -PA
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Dificuldades de realização no Estado do Pará, nos exercícios de 2011 e 2012, de plebiscito sobre a conveniência de criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, no final da semana próxima passada, na sexta-feira, participei, em Santarém, de um debate que talvez tenha sido o mais participativo sobre o tema emancipação política, plebiscito e criação do Estado do Tapajós.

Fui àquele debate para oferecer uma visão diferente daquela que alguns Parlamentares apresentam nesta tribuna, de que está muito próximo ou vai acontecer ainda neste ano um plebiscito no Pará para dividir o Estado em três: Pará, Carajás e Tapajós.

Não temos neste País nenhum exemplo de divisão territorial e de criação de novos Estados em que o povo, os Vereadores, os Prefeitos, os Deputados Estaduais e os Governadores tenham participado. Tivemos a divisão do Mato Grosso, que foi feita no período da ditadura. Tivemos a divisão de Goiás em Goiás e Tocantins, que foi feita por um Colégio de Líderes, por uma Constituinte aqui em Brasília.

A Constituição de 1988 determina que do plebiscito deve participar a população diretamente interessada. Nesse caso, a população diretamente interessada é todo o Estado e não só aquela parte que quer se manifestar.

Eu tenho a minha avaliação, que vou expor publicamente desta tribuna e que tenho mantido nos debates, no sentido de que dificilmente teremos no Pará, neste ou no próximo ano, um plebiscito para aprovar ou não a divisão do Estado para criar ou o Estado do Tapajós ou o do Carajás.

O que aconteceu aqui, acredito, foi uma mobilização regimental de Parlamentares que conseguiram aprovar aqui uma autorização para o plebiscito, sendo que o do Estado de Carajás está pronto, não precisa mais voltar ao Senado, e o do Tapajós voltará ao Senado. Mas há longo caminho a percorrer.

Eu acredito que o momento no Pará não é tão propício assim - nem no Brasil - para discutir essa divisão territorial. Então, não podemos deixar o povo também achar que agora nós vamos ter um Estado novo e, assim, deixar de cobrar do Governo do Estado o que ele tem de fazer para as regiões, porque muitos políticos acabam se escondendo nesse debate das emancipações de maneira que não encaram o Governo estadual para promover o desenvolvimento que essas regiões precisam e que os governos passados não quiseram fazer.



115.1.54.O
Publ.: DCD - 19/05/2011 - 24523

Sessão Extraordinária - CD 18/05/2011-10:26
PINTO ITAMARATY-PSDB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Realização de plebiscitos sobre a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós. Defesa de criação do Estado do Maranhão do Sul.

O SR. PINTO ITAMARATY (PSDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos que o Brasil tem o quinto maior território do mundo, configurando um território fértil, com diversidade cultural e ambiental. Mas será que os Governos estão conseguindo dar a atenção proporcional de que as dezenas de unidades federativas necessitam?

Num país de dimensão continental como o nosso, é cada vez mais difícil atender às demandas necessárias. Assim, iniciativas como a criação dos Estados de Tapajós, de Carajás e do Maranhão do Sul não são realidades distantes, mas, sim, alternativas viáveis ao desenvolvimento da República brasileira.

Nesse sentido, o Plenário desta Casa aprovou, no dia 5 deste mês, um decreto legislativo que autoriza a realização de um plebiscito para decidir a criação de Carajás, que seria uma divisão do Estado do Pará. O decreto deve ser promulgado nos próximos dias, e o plebiscito poderá ser realizado em até 6 meses, de acordo com a organização da Justiça Eleitoral.

Caso seja aprovado, o novo Estado de Carajás terá 30 Municípios e ocupará uma área equivalente a cerca de 25% das regiões sul e sudeste do território do Estado do Pará.

Já o projeto que prevê a criação do Estado de Tapajós ainda precisa passar pela aprovação do Senado. O novo Estado estaria localizado a oeste do Pará, ocupando cerca de 58% da área total do território paraense. A capital seria Santarém, e, ao todo, 27 Municípios estão previstos para o novo Estado de Tapajós. Se os 2 plebiscitos tiverem resultados positivos, a área atual do Pará poderá ser dividida em três Estados.

Algumas análises superficiais tentam confundir a opinião pública, justificando que a divisão seria apenas uma questão política. Na verdade, a divisão será, de fato, discutida e decidida pela sociedade. Entre os argumentos apresentados em vários debates ocorridos ao longo dos últimos 20 anos, destacam-se: o **fator desenvolvimentista, que prega que a separação deve trazer progresso socioeconômico; o fator da identidade social, que prega as diferenças culturais entre as regiões, em função da grande carga de imigrantes; e o fator da extensão territorial, que afirma que um Estado com território menor poderia ser mais bem administrado e se desenvolver melhor.**

Algumas dessas classificações foram propostas pelo Dr. Carlos Augusto Souza, professor da Universidade da Amazônia - UNAMA.

A criação dos Estados desmembrados do Pará e do Maranhão também reforça a representação da Amazônia no Congresso Nacional, viabilizando o desenvolvimento dessa região.

Desde 1817, quando se tentou criar a República do Sul do Maranhão, várias tentativas foram feitas, no sentido de emancipação. Em fevereiro de 2007, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o projeto que estabelece o plebiscito para que a população maranhense vote sobre a criação do Estado do



Maranhão do Sul. Na Câmara Federal tramita o mesmo tipo de reivindicação.

Assim, conclamo os parlamentares para que façamos um esforço conjunto para desarquivar o projeto de autoria do ex-Deputado Federal e atual Prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira. O PDC nº 947, de 2001, completa neste mês de maio exatos 10 anos, e a população anseia que ele seja colocado em pauta para votação e aprovação do plebiscito do Maranhão do Sul.

Afinal de contas, a Constituição Federal afirma que os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formar novas unidades federativas, mediante aprovação da população, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar. Em conjunto com a constitucionalidade do projeto estão os costumes, a cultura e o sistema econômico diferenciados em cada região do Pará e do Maranhão, fatores que não podem ser desconsiderados, e sim debatidos amplamente com o Parlamento e com todos os cidadãos.

Muito obrigado.



100.1.54.O
Publ.: DCD - 10/05/2011 - 22518

Sessão Ordinária - CD 09/05/2011-16:39
GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Regozijo com a aprovação pela Casa das propostas de realização de plebiscito sobre a criação dos Estados de Carajás e Tapajós. Revisão geopolítica do Brasil.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto esta tarde à tribuna desta Casa para, mais uma vez, agradecer a todos os Líderes partidários, da base do Governo e da Oposição, que, na quinta-feira próxima passada, se somaram no sentido de garantir que pudéssemos ouvir a população do sul, sudeste e oeste paraenses sobre a criação dos Estados do Carajás e Tapajós.

Trata-se de um anseio legítimo de um povo que, num Estado com dimensão territorial tamanha, não teria e não tem condições de ser atendido por um Governador que, por melhor que seja, e tenho certeza que todos eles com excelentes intenções de servir a todo o povo do Pará, não teria, Deputado Vicentinho, condições de bem atender populações tão distantes naquele Estado que V.Exa. tão bem conhece.

Quero agradecer inclusive ao Governo, que compreendeu os nossos anseios, a nossa vontade, os nossos sonhos apresentados naquele momento e que, atendendo ao nosso apelo, retirou o pedido de retirada de pauta da matéria.

Sr. Presidente, venho também a esta tribuna para dizer a alguns jornais, a alguns jornalistas que não foi um cochilo, como citaram em algumas matérias, deste Congresso ou dos Líderes partidários, quando votaram essa matéria. Não. Essa matéria já havia sido votada em votação nominal, quando aqui se propôs um pedido de urgência. Debatida, a matéria foi a voto nominal. Se alguns jornalistas não tiveram conhecimento dessa matéria, ela foi votada e aprovada por 80% dos Deputados que neste plenário estavam. Repito: 80%!

Não bastasse isso, quando ainda tramitando na Comissão da Amazônia, essa matéria foi votada por unanimidade, porque na Comissão da Amazônia há Deputados que conhecem a nossa realidade. Não bastou isso. Esse tema, proposto por um Deputado do Pará, foi para a Comissão de Finanças e Tributação, onde Deputados de todo o Brasil, de todos os partidos, de igual forma, se manifestaram.

Deputado Vicentinho, 90% dos Deputados da Comissão de Finanças e Tributação foram favoráveis ao plebiscito para criação do Estado de Carajás. De forma que não tenho dúvidas de que não houve cochilo; houve realmente a consciência cívica de deixar à população, conforme prevê a Constituição, o direito de votar "sim" ou "não" pela criação do Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outros economistas disseram que o crescimento citado por nós, do Tocantins e do Mato Grosso, não serve de testemunho de que os novos Estados terão o mesmo ritmo de crescimento, porque na verdade foi o Brasil todo que cresceu nesse período da criação dos Estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins.

Ora, Sr. Presidente, Sr. Deputado Vicentinho, no período de 1977 a 1988, grandes estudos foram feitos e publicados, trabalho de um excepcional economista, o Dr. Célio Costa, que também fez um trabalho sobre a viabilidade econômica do Tocantins. Ele fez para nós do Estado do Carajás. Tínhamos antes outros números e outros dados, que passo a ler apenas para exemplificar rapidamente.



No período de 1975 a 2008 - o Estado do Mato Grosso foi criado em 1977 -, se somarmos o Produto Interno dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, verificaremos que houve um crescimento nesses dois Estados de 722%. V.Exa. sabe qual foi o crescimento do PIB do Brasil nesse período? Foi de apenas 251%. Ou seja, esses dois Estados desmembrados e depois somados ao final cresceram 722%, quase três vezes o crescimento médio nacional.

Minas Gerais, um dos Estados mais pujantes deste País, cresceu 288%; o Paraná, 217%. Ou seja, mais que três vezes o crescimento do PIB do Paraná foi o crescimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul depois de desmembrados. Se não tivessem sido desmembrados, talvez tivessem crescido até na média do Brasil, 254%.

Deputado Lira Maia, V.Exa., do Tapajós, que está também eufórico com a vitória que tivemos, pode observar o caso de Goiás e Tocantins. No período de 1988 a 2008, Goiás e Tocantins juntos cresceram 194%. O Brasil, no mesmo período, cresceu 76%. Ou seja, esses dois Estados cresceram quase três vezes mais do que a média nacional. Minas Gerais, cresceu 69%; Paraná, 76%. Igual a Goiás e Tocantins cresceu o Amapá, do Deputado Sebastião Bala Rocha, que aqui esteve falando da importância de se criar novos Estados. O Estado de S.Exa., depois de emancipado, transformou-se de território em Estado e pôde experimentar um salto extraordinário no seu crescimento. Ele cresceu 187%, e a média nacional foi de 76%. Deputado Duarte Nogueira, eu agradeço a todos os Líderes por terem emprestado seu apoio, para que pudéssemos submeter à vontade do povo do Pará a criação dos Estados de Carajás e Tapajós. E agradeço novamente, agora com V.Exa. presente, por naquele ato delegado ao Deputado e amigo Lira Maia e ao Deputado Wandenkolk Gonçalves, que representava o PSDB, darem ao povo a oportunidade de optar. Votamos e aprovamos esse projeto e, graças a Deus, vamos submetê-lo à vontade do povo.

Mas faço um alerta à população brasileira, aos jornalistas, à imprensa como um todo, para dizer que temos estudos para mostrar a todos eles a importância da criação dos Estados do Carajás e Tapajós, como instrumento de transformação e de alavanca para o desenvolvimento daquela região. Da mesma forma como foi para o Tocantins e para o Mato Grosso do Sul a criação e desmembramento desses Estados.

Dou agora um aparte ao nobre Deputado, que ainda na sexta-feira presidia a sessão quando me referi e agradei às Lideranças.

O Sr. Francisco Escórcio - Deputado Giovanni, vim correndo do meu gabinete para pedir um aparte a V.Exa. O seu pronunciamento é oportuno, mas quero chamar a atenção de todos os Parlamentares porque esta Casa deixa de fazer o dever de casa há muito. Quer ver uma coisa? Vou chamar a sua atenção para um fato: para a criação de novos Estados e novos Municípios, vamos bater de novo no Supremo. Senão, vejamos: não fizemos o dever de casa, não regulamentamos nada para saber como vai ser feito o plebiscito, que será questionado, porque há uma corrente que diz que o plebiscito deve ser feito na área a ser retirada e outra que deve ser feito em todo o Estado. Como se pode tirar, diga-me, matematicamente, de uma parte maior uma parte menor, ouvindo a parte maior? A parte maior não vai deixar. Então, na criação do Tocantins não houve plebiscito, que nem foi feito em sua totalidade. Ele foi feito exatamente na Constituição de 1988. De lá para cá, não foi criado nenhum Estado e nenhum Município, se formos por essa regra. Estou dizendo isso a V.Exa. oportunamente, porque vamos criar um outro problema a ser resolvido no Supremo Tribunal Federal. Parece que o STF vai começar a tomar a nossa posição, que é a oposição, que não podemos deixar que outros poderes tomem por nós. Temos de ter pulso forte nisso. É sério o que estamos trazendo para esta Casa. Mais uma vez, a questão será acertada no Supremo Tribunal Federal.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito, Deputado Francisco Escórcio. Agradeço a V.Exa. a preocupação, que é procedente, mas vamos deixar que o STF julgue a matéria e entenda que a interpretação da Constituição, no § 3º do art. 18, é bem clara: "(...) mediante aprovação da



população diretamente interessada". Isso é o que está na Constituição, no § 3º, art. 18, repito. Vamos deixar que o Supremo decida essa perlanga entre uma legislação e a Constituição, uma lei ordinária e a Constituição.

Mas quero ouvir agora o nobre Deputado Lira Maia, autor do projeto - autor do projeto não, como também não fui do de Carajás, aqui aprovado. Somos autores da vontade do povo, defensores daquele compromisso que temos com o povo das nossas regiões.

Com a palavra V.Exa.

O Sr. Lira Maia - Deputado Giovanni Queiroz, eu estava em meu gabinete e ouvi V.Exa. iniciar seu discurso e fiz questão de vir aqui para apartear-lo. Primeiro, para comemorar com V.Exa., pois esse foi um fim de semana gostoso em que o povo de Carajás e de Tapajós comemorou o grande feito da Câmara dos Deputados, na quinta-feira, quando houve uma grande articulação dos Líderes e, graças a Deus, deu tudo certo e, por isso, o povo comemorou. Estamos agora diante do impasse sobre onde vai ser feito o plebiscito. Quero dizer a V.Exa. que essa é uma questão da Justiça, de como ela a interpretará. O importante agora é iniciarmos um debate no Estado do Pará. E nós, eu, V.Exa. e tantos colegas estamos dispostos a ir às universidades, aos fóruns, para debater com a associação empresarial, com a associação industrial, com a federação de indústria, enfim, o importante é debater os dados, mostrar os laboratórios abertos que temos no Brasil, em Tocantins e Mato Grosso do Sul. Precisamos iniciar esse debate. E faço questão de fazer isso, porque daqui a 6 meses, se Deus quiser, vamos ter os plebiscitos, e a população não poderá votar de forma inconsciente. Queremos que o paraense vote de forma consciente. Lógico que vamos divulgar o "sim", vou respeitar os colegas que vão divulgar o "não". Mas quero, Deputado Giovanni, fazer um elogio ao Governador do Pará, que, ao conversar comigo, V.Exa. e outros colegas, comprometeu-se em ser magistrado no plebiscito. Nas articulações que houve aqui, em momento algum interferiu na votação dos colegas paraenses de sua bancada que votaram contra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Em aparte ainda a V.Exa., o Governador Simão Jatene, ainda na votação do ano passado, posicionava-se favoravelmente à aprovação do plebiscito. Ou seja, S.Exa. também endossava a consulta à população.

O Sr. Lira Maia - Pois é, a postura do Governador é digna de elogio, porque S.Exa. entende que o povo tem todo o direito de se manifestar em plebiscito. Então, eu quero comemorar com V.Exa. esse feito. Precisamos da ajuda de V.Exa., do seu partido e dos Líderes. Lá no Senado, é preciso que se vote o que foi corrigido na redação correspondente ao Tapajós. Espero que façamos esse trabalho conjuntamente e que o plebiscito seja feito simultaneamente no mesmo dia. Enfim, vamos caminhando e, se Deus quiser, haveremos de ter sucesso com esse trabalho em conjunto. O povo do sul do Pará será ouvido para se criar o Carajás, assim como o povo do oeste do Pará para se criar o Tapajós. Agradeço o aparte a V.Exa., elogio seu pronunciamento e comungo integralmente com essa ideia, inclusive com muita consciência, com base nos números que conhecemos, principalmente dos Estados que foram desmembrados. V.Exa., eu e os demais colegas já estamos trabalhando no sentido de também destravar a criação de novos Municípios no Brasil. Inclusive, hoje eu falava com uma pessoa de Castelo dos Sonhos, um Município que, se Deus quiser, será o primeiro a ser criado quando se destravar esse assunto. Obrigado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Obrigado pelo aparte, Deputado Lira Maia. Antes de conceder um aparte ao Deputado Bala, quero fazer um pequeno comentário. Primeiro, para dizer-lhe, Deputado Lira Maia, que logicamente estarei firme com V.Exa. na busca pela liberação para o plebiscito de Tapajós no Senado. Caminhamos juntos esses anos todos e haveremos de concretizar nosso sonho juntos, nós e o povo de Carajás e Tapajós.

Agora vou ler apenas uma matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada *Para especialistas, criação de Estados é manobra política*. Não é manobra política, é articulação política séria, responsável, não no sentido pejorativo de alguns economistas.



Economistas e cientistas políticos avaliam que problema de grandes regiões, como o Pará, é a infraestrutura precária, e não a dimensão.

Concordo. Se a dimensão realmente fosse o problema, São Paulo, talvez, não tivesse a pujança que tem. Minas Gerais de igual forma, nobre Deputado, não teria a pujança que tem.

"A aprovação pela Câmara de plebiscito para o desmembramento do Pará e criação de dois novos Estados - Carajás e Tapajós - foi recebida por estudiosos da vida administrativa brasileira como simples manobra para criação de cargos executivos, mais empregos públicos e espaço para troca de favores políticos. 'Não vejo como os problemas daquela área seriam mais bem resolvidos com essa providência', resumiu a economista Luciana Gross, da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV)."

Ao falar da Fundação Getúlio Vargas, nós todos A reverenciamos. Olhem, mas até na Fundação Getúlio Vargas há pessoas que não estão bem informadas ou que não deveriam, pelo menos, falar de matéria sobre a qual não tivessem absoluta consistência de argumentos. Dizer que se trata de uma simples manobra para criação de cargos executivos?

Dra. Luciana Gross, não manifeste sua opinião de forma leviana. Eu não sou Deputado para estar aqui brincando. Eu não estou aqui para me utilizar de cargos. Eu não estou aqui para me utilizar de vantagens pessoais. A senhora não conhece a minha história, a do Deputado Lira Maia e de tantos outros Deputados que nesta Casa estão a defender essa tese. Não faça esse tipo de comentário pejorativo. Nós estamos sendo muito pequenos.

Aliás, há um preconceito de alguns jornalistas até e de alguns economistas contra o político. Entendem que todo político é oportunista, é um elemento que vem para cá de forma leviana para representar o interesse do povo, mas é o interesse pessoal que prevalece.

Eu não sou dos políticos que a senhora conhece, que talvez sejam da sua roda de amizade, de intimidade. Sou médico, filho de um homem humilde e que pôs botina no pé quando tinha 18 anos de idade. Formei-me em Medicina no Rio de Janeiro, mas sonhava com a Amazônia e para lá fui, como primeiro médico de um povoado que possuía apenas sete casas de telha. Uma dessas eu comprei. Dividi com duratex: fiz duas enfermarias, um consultório, também dividido com duratex, uma salinha de espera, uma sala de cirurgia forrada de pano, de morim branco. Tinha 25 anos de idade.

Ali comecei minha vida, mas ninguém pagava consulta. Não fui para lá como mercenário, não! Nunca cobre uma consulta antes de consultar o cidadão. Consultava, depois liberava. Se ele tivesse dinheiro, pagava na saída; se não tivesse dinheiro, não pagava a consulta. Eu nunca perguntei a uma senhora que chegava para dar à luz, ou para fazer uma cesariana ou uma cirurgia necessária, ou para uma internação clínica, se tinha o dinheiro para comprar o remédio. Eu atendia e liberava em seguida. Se tivesse dinheiro, pagava; se não tivesse dinheiro, estava liberada.

Dei aula de Matemática, de Geografia, de Inglês de graça para ter a 5ª série. Paguei professores, outros tantos, do meu bolso. Não aceito ser chamado de leviano. Acho que a senhora está acostumada com o pragmatismo para substituir a palavra idealismo, e eu ainda não apeei do idealismo. Aos 64 anos de idade, trago no peito a vontade de continuar transformando o Brasil para os brasileiros. Não aceito de uma acadêmica em economia, de quem não conhece a nossa realidade, uma análise tão superficial e leviana.

O Sr. Vicentinho - Nobre Deputado Giovanni Queiroz, gostaria de solicitar um aparte ao seu importante pronunciamento.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Vicentinho, com prazer ouvirei V.Exa., mas antes concederei aparte ao Deputado Sebastião Bala Rocha, que pediu há 2 minutos.

O Sr. Sebastião Bala Rocha - Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz. Saúdo V.Exa. e lamento por não ter estado aqui na quinta-feira. Eu gostaria muito de estar aqui para ajudar V.Exa. e o Deputado Lira Maia a aprovar esses projetos promissores para a Amazônia, o Pará, o Brasil. Mas estarei a seu lado, do Deputado Lira Maia e daqueles que acreditam no



desenvolvimento dessas regiões com a criação dos novos Estados de Carajás e Tapajós. V.Exa. pode me convocar. Além de ser ideologicamente favorável, eu tenho história para contar sobre o Amapá. Éramos Território, que foi desmembrado do Pará, o Estado de V.Exas. E o que aconteceu? O Pará empobreceu com a criação do Amapá? Lá nós tínhamos o manganês, da Indústria e Comércio de Minérios S/A - ICOMI, que exportava para o mundo todo. Não empobreceu, muito pelo contrário, o Pará somente se desenvolveu com a criação do Estado do Amapá. E assim foi com Tocantins e Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, Roraima e Amazonas. A criação de novos Estados não empobrece, muito pelo contrário, enriquece o Brasil em primeiro lugar; não empobrece, ao contrário, enriquece a Amazônia; não empobrece, ao contrário, enriquece o Pará. Teremos ali um triângulo fabuloso de desenvolvimento, com Pará, Tapajós e Carajás, tratando do mesmo povo. O povo é o mesmo, Deputado Giovanni. É disso que as pessoas não conseguem ter a dimensão. Os paraenses que estão em Carajás e Tapajós serão beneficiados; e o povo do Pará, do Estado-mãe, não será prejudicado. A história mostra isso, os Estados-mãe também se desenvolvem, assim como os Municípios. Eu sou de um Município criado em 1987, desmembrado da Capital Macapá. Além de promover o desenvolvimento de Santana, onde eu moro, Macapá se desenvolveu muito mais com a criação desse Município, porque viraram cidades irmãs, assim como serão os Estados de Carajás e Tapajós. Essa história de jornalista e economista combater a criação de novos Estados no Brasil e na Amazônia, quando se trata da Amazônia é preconceito. Foi assim quando Juscelino Kubitschek criou Brasília. Desculpe-me, Deputado Vicentinho, sei que V.Exa. não compactua com isso, mas eu conheço paulistas que até hoje odeiam Juscelino Kubitschek por ter criado Brasília. E conheço gente não só de São Paulo, mas do Rio de Janeiro e de outras cidades do Sul e do Sudeste. Mas não vamos criar essa guerra, não vamos entrar nessa celeuma, nessa provocação de estabelecer uma guerra entre regiões. Quando se falou em implantar a Ferrovia Norte-Sul, foi outra guerra, porque diziam que iria beneficiar também o Norte. Então, temos que partir para frente. Graças a Deus, Deputado Giovanni Queiroz, que V.Exa. é um dos Deputados mais respeitados, na Câmara e no Congresso Brasileiro, na área tributária e orçamentária. Então, pode discutir com qualquer especialista e economista, provar com números na mão, como está fazendo, que isso só faz desenvolver o Brasil e a Amazônia. Não prejudica o Pará, muito pelo contrário, enriquece, fortalece e engrandece o Estado. Aliás, eu sou paraense e agora, morando no Amapá, sou amapaense de coração. Então, sou totalmente a favor. Estarei ao lado de V.Exas., lutando para termos Carajás e Tapajós como novos Estados de grandes dimensões sociais, culturais e econômicas no Brasil e na Amazônia brasileira. Muito obrigado, Deputado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado, Deputado Sebastião Bala Rocha. Quero agregar ao meu pronunciamento os apartes de todos que aqui o fizeram. Ouço com muita atenção o Deputado Vicentinho.

O Sr. Vicentinho - Prezados colegas Giovanni Queiroz e Lira Maia, dois Deputados diretamente ligados a esse assunto, além do nosso colega Sebastião Bala Rocha e outros, eu só quero testemunhar que V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz, nesta Casa tem sido um dos grandes batalhadores desse objetivo, desse sonho. V.Exa. teve a humildade de ir em cada gabinete, de levar as delegações, de explicar as razões. De fato eu conheço aquele Estado maravilhoso, conheço aquele povo bom. Agora, povo bom e governo bom é quando estão próximos um do outro. Quando era Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT e o companheiro Avelino Ganzer me falava que, para sair de Santarém para Belém ou outras regiões, demorava dias de viagem de barco, nós percebíamos o tamanho daquele Estado maravilhoso. Não vai se perder por isso. Muito pelo contrário, será criada uma organização administrativa para cuidar exclusivamente disso. Eu tenho certeza de que o Pará, o Estado que será criado e o Brasil - eu acredito muito na vontade do povo, por isso aprovamos aqui a realização do plebiscito e o povo irá decidir - vão reconhecer em V.Exa. um dos grandes



baluartes dessa luta.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Vicentinho, muito obrigado pelo aparte de V.Exa., que engrandece a nossa luta, porque é um dos maiores líderes sindicais deste País. É do Estado de São Paulo, o mais pujante deste País, e, ao depor isso, V.Exa. o faz porque conhece o nosso Estado, as nossas dificuldades e dá o seu testemunho. Muito grato pelo aparte de V.Exa.

Ouçõ, com muita atenção, o nobre companheiro, Deputado Carlos Brandão.

O Sr. Carlos Brandão - Deputado Giovanni Queiroz, primeiro gostaria de parabenizar V.Exa. pelo belo pronunciamento, assim como a bancada do Pará pela iniciativa de criar os Estados de Tapajós e Carajás. Quero me solidarizar com os maranhenses e dizer o mesmo. Vejo aqui o nosso querido Chiquinho Escórcio presente, que também foi votado na Região Tocantina, no Maranhão. Há o desejo do povo maranhense de criar o Maranhão do Sul. Nós não podemos ficar atrás. Temos o exemplo do Estado do Pará, onde não será criado um Estado, mas dois Estados. Portanto, poderá ser dividido o Estado do Pará em Carajás e Tapajós. Temos dois projetos prontos. Um, de autoria do Deputado Sebastião Madeira, que se encontra nesta Casa e, no Senado Federal, um de autoria do Senador Edison Lobão, também pronto para ser votado. Queremos ter o mesmo direito, não como privilégio, mas para ter a mesma situação que tiveram Tocantins e no Mato Grosso do Sul, que foram exemplos, que brilharam neste País. Muitos criticavam dizendo que iriam falir a União. Estamos vendo que o Tocantins é um Estado pujante, forte, que cresceu, se desenvolveu com a sua libertação. O mesmo ocorre com o Estado do Mato Grosso do Sul. Quanto ao Maranhão, até quando vamos esperar que a matéria entre na pauta? Devemos seguir o exemplo dos paraenses, com sua bancada unida, coesa, com o apoio do Governador. No primeiro momento, achei até que o Governador seria contra. Eu vi aqui um pronunciamento do querido Zenaldo Coutinho, Deputado Federal pelo PSDB, que hoje é Chefe da Casa Civil do Governo. S.Exa. se posiciona veementemente contra essa divisão. Esse era o seu posicionamento antes da eleição, com muita coragem e audácia. Esse é o ponto de vista dele, que temos de respeitar. Mas nós precisamos, Chiquinho, levar essa discussão para o Maranhão. V.Exa. conhece a Região Tocantina, o Maranhão do Sul, e a vontade que aquele povo tem de se tornar Estado. Eu acho que é uma vontade legítima. Há todas as condições econômicas, sociais, políticas. Está estruturado para receber essa nova demarcação e lá criar um novo Estado. Esse é um sentimento. Mas, infelizmente, a maioria das pessoas que se candidataram por lá tiveram pouco votos. Por isso, vejo a bandeira um pouco fria. Essa bandeira não tremula muito no Congresso. Mesmo obtendo pouco voto naquela região, eu que conheço bem, sei do sentimento, e nós precisamos dar uma oportunidade. Vamos trazer à discussão. Vamos realizar o plebiscito. O povo é quem decide. Se o povo não quiser, que assim seja, mas se o povo quiser, que seja feita a vontade do povo. Esta é a minha contribuição, como municipalista, representando a vontade dos poucos que votaram em mim naquela região do Maranhão do Sul.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Carlos Brandão, muito obrigado pela posição de V.Exa.

Sr. Presidente, só mais um minuto para eu encerrar o meu discurso. Eu sou solidário a um Brasil que se reveja. Uma revisão geopolítica do Brasil é extremamente importante. Cito o exemplo dos Estados Unidos, que, com a régua, criou 50 Estados e distribuiu as ações da União e a responsabilidade da descentralização da gestão pública. Assim o fizeram vários outros países do mundo.

Tenho em mãos um dado interessante de outros países do mundo que são exitosos na descentralização da gestão pública. A Inglaterra possui 130 mil quilômetros quadrados; é a metade do Estado de São Paulo. Lá existem 47 condados, que são semelhantes aos nossos Estados. Na Alemanha há 357. A França possui 547 mil quilômetros quadrados. Cabe duas



vezes e meia a França dentro do Pará. Possui 21 regiões administrativas e 100 departamentos, como se fossem 100 Estados nossos. A França possui 15 mil Municípios. Então, a descentralização administrativa é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país.

Sr. Presidente, deixo a tribuna lamentando não poder ter falado por mais tempo, até porque fui agraciado e honrado com apartes de tantos companheiros desta Casa, solidários à luta do povo do sul do Pará.

Agradeço a todos que me apartearam e a V. Exa., pela tolerância. Digo sempre que nós estamos aqui para trabalhar para o Brasil, pelo Brasil, para melhorar o Pará, que continuará sendo o Estado-mãe e irá se beneficiar ainda mais com esse desmembramento, numa votação em todo o Estado. Tenho certeza de que teremos votação expressiva no Estado-mãe a favor da criação dos Estados.

Um grande abraço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci) - Parabéns, Sr. Deputado.



098.1.54.O
Publ.: DCD - 07/05/2011 - 22350
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária - CD 06/05/2011-10:09
GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA
PEQUENO EXPEDIENTE
COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Deputados, particularmente aos Líderes partidários, pela aprovação dos projetos de decreto legislativo sobre a realização de plebiscitos relativos à divisão do Estado do Pará e à criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar os nobres Parlamentares.

Venho à tribuna hoje para fazer um agradecimento a todos os Líderes partidários, à unanimidade, inclusive ao próprio PSOL, único partido a votar contra a autorização plebiscitária, negando ao povo o direito de opinar, por não ter pedido verificação de votação. Entendeu o PSOL que, quando do pedido de urgência, houve uma votação nominal, a qual vencemos com expressiva maioria, ou seja, 80% dos Deputados manifestaram-se favoráveis ao pedido de urgência para a tramitação do projeto sobre a criação de Carajás e Tapajós.

Ou seja, é uma matéria que já está consolidada na Casa. Ontem se deu apenas o coroamento de um trabalho de muitos anos, para o qual alguns companheiros foram importantes. Quero destacar esses companheiros. Em primeiro lugar, os meus pares do Estado do Pará: Deputado Wandenkolk Gonçalves; Deputado Zequinha Marinho; Deputado Asdrúbal Bentes, que hoje está distante mas que por tantos anos trabalhou junto comigo para a criação do Estado; Deputada Bel Mesquita, que também não mais está na Casa; o Deputado Lira Maia, que pelo Tapajós luta. E dele sou parceiro nessa luta pela construção de um Estado do Pará melhor para todos. E o melhor para todos, sem dúvida alguma, é a criação de novas unidades territoriais capazes de propiciar ao cidadão um desenvolvimento e uma integração efetivos naquela região.

Quero agradecer ao Governo porque ontem, no calor do debate, em determinado momento entendeu que não deveria votar ainda a matéria, mas, ao confirmar que o Colégio de Líderes havia por maioria absoluta decidido pela colocação da matéria na pauta, retirou seu pedido de adiamento da votação. Assim, veio o Governo ao encontro daquele que é anseio da Casa e do povo das regiões sul, sudeste e oeste do Pará. Portanto, também ao Governo agradeço, porque se somou a nós num momento importante, para que pudéssemos obter êxito.

Agradeço de modo particular ao Deputado Miro Teixeira, que, no calor do debate, também se somou à nossa luta, chamando a atenção exatamente para a legitimidade do processo de transferência ao povo do poder de decidir pela criação dos novos Estados.

Agradeço ainda ao Deputado ACM Neto, que foi muito importante ontem no debate com a sua postura de indignação diante da possibilidade de, depois de tantos anos de luta, não ser aprovada a matéria.

Agradeço por fim a todos os meus pares, a todos os Deputados, independentemente de serem ou não Líderes.

Nasce e cresce hoje a consciência da necessidade de criação de Municípios. É interessante observar que, em outros momentos, quando se falava em criação de Município e de Estado, existia o preconceito negativista de que fazer isso seria criar "oportunidades" - entre aspas - para abrigar apaniguados, oportunistas, aventureiros. Isso mudou.



Mas por que mudou? Porque estamos a ver Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. Criaram Mato Grosso do Sul há 33 anos, e Tocantins, mais recentemente, há 22 anos. São dois laboratórios a céu aberto a serem analisados e interpretados por economistas, sociólogos, políticos, jornalistas, pessoas de todas as áreas, que podem avaliar o que representou a criação desses novos Estados para o Brasil.

E a conclusão é uma só: temos dados econômicos que mostram que o desmembramento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul permitiu tal crescimento econômico da área que seu PIB cresceu duas vezes e meia mais que a média nacional nesses 33 anos desde a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Duas vezes e meia a média nacional de elevação do PIB!

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. agregasse mais alguns minutos ao meu tempo de Líder do PDT, para que eu pudesse concluir meu raciocínio.

E o Tocantins, Sr. Presidente, teve crescimento igual: cresceu duas vezes e meia a mais do que a média nacional do PIB, de 1988 a 2009!

Então, o crescimento econômico é evidente. Mas só houve crescimento econômico? Não! Houve inserção da sociedade daquela região no processo de crescimento e de desenvolvimento. Não foi um inchaço. Foi um crescimento efetivo, que gerou empregos, renda e qualidade de vida para o cidadão que ali mora.

Às vezes, quando me refiro à criação do Estado de Carajás, digo que já não aguento mais de ciúmes e de inveja de Tocantins, porque a nossa divisa é o Rio Araguaia, que nos une. Portanto, podemos observar com muita facilidade aquele Estado. Ele era, há 22 anos, o corredor da miséria de Goiás: lá não havia sequer uma sala de aula de curso superior; havia apenas 100 quilômetros de rodovias pavimentadas. Em 22 anos, passou a ter 6.100 quilômetros de rodovias pavimentadas. E de qualidade! O Pará, que é cinco vezes maior que o Tocantins e que tem população cinco vezes maior do que a daquele Estado, ainda hoje tem 5.300 quilômetros apenas, embora tenha sido criado há quase 200 anos.

Em Tocantins não havia sequer uma sala de aula de curso universitário. Hoje, o Estado tem 1 milhão e 300 mil habitantes e cinco faculdades de Medicina! Do outro lado, Carajás, com 1 milhão e 600 mil habitantes, não há nenhuma faculdade de Medicina. Em Tocantins há quatro faculdades de Engenharia; nós não temos nenhuma. Em Tocantins há três faculdades de Agronomia; nós não temos nenhuma. Em Tocantins há quatro faculdades de Enfermagem; nós não temos nenhuma. Em Tocantins há oito faculdades de Direito; nós temos duas!

Houve um crescimento extraordinário no Estado de Tocantins, que serve de exemplo para a integração da Região Norte ao contexto nacional, para que possamos ajudar o Brasil a avançar!

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que vamos ganhar o plebiscito. Depois vamos, todos nós Deputados, criar a lei complementar que vai formatar esse Estado. E a Presidenta Dilma Rousseff não vai vetar a lei porque, pela coragem que demonstrou no enfrentamento ideológico, aos 19 ou 20 anos de idade, observa-se que não tem medo de ver este Brasil melhorar, de ver este Brasil integrado ao desenvolvimento efetivo que vai permitir ao seu povo um ganho na qualidade de vida.

É o sonho de milhares de brasileiros, homens e mulheres que, chamados para aquela região - oeste ou do sul do Pará-, aderiram à vontade nacional de integrar a Amazônia, mesmo considerando as dificuldades próprias de uma região quente. As nossas crianças estudam, às vezes, numa temperatura de 35 graus, sem condições mínimas para aprender, para assimilar conhecimento.

Nós haveremos de mudar essa realidade. Se forem criados os Estados de Carajás e Tapajós, não tenham dúvida, serão iguais a Mato Grosso do Sul no seu desenvolvimento; serão iguais a Tocantins, porque potencialidade temos. Não vamos diminuir o Estado-mãe, o Estado do Pará. Ao contrário: com melhor estrutura - já implantada - hospitalar, universitária, de rodovias, de infraestrutura, sem dúvida, vai ele poder continuar o seu crescimento efetivo.



Sr. Presidente, abordo esta questão com muita emoção. São 20 anos de luta do nosso povo, na expectativa desse desenvolvimento efetivo, acreditando que um dia poderemos realizar o nosso sonho de ver os nossos filhos estudando conosco, nas nossas universidades, de um dia sermos atendidos em nossa urgência hospitalar, sem ver morrerem nossos filhos, nossos pais.

Nós queremos ter o direito de sonhar. Nós queremos ter o direito de ser felizes. Porque assim nasce o homem: com o direito de ser feliz. Nós mais velhos temos a obrigação de abrir esse caminho, de pavimentar essa estrada, a fim de que todos possamos ter uma vida melhor. Depois de aprovado no Senado Federal, por absoluta maioria, aqui na Câmara também foi aprovado o nosso projeto.

Um abraço ao Parlamento brasileiro. Um abraço a todos os Líderes. Um abraço a todos os meus pares. Tenho certeza de que vamos construir um Brasil melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Escórcio) - Meus parabéns mais uma vez, Deputado Giovanni Queiroz. O tema que V.Exa. traz a esta Casa é apaixonante.



098.1.54.O

Publ.: DCD - 14/05/2011 -

Sessão Ordinária - CD

06/05/2011-09:51

PAES LANDIM-PTB -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Deputado Giovanni Queiroz pela aprovação das propostas de realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós e Carajás. Solicitação, à Presidência e aos Líderes partidários, de inclusão na pauta da proposta de criação do Estado da Gurgueia. Necessidade de revisão territorial do Brasil.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me congratular com esse batalhador, Deputado Giovanni Queiroz, que ontem conseguiu aprovar, com o consenso da Casa, a autorização para plebiscito, visando à criação dos Estados de Tapajós e Carajás, no Pará. Queiroz é um velho batalhador e conseguiu o apoio de todos os setores que envolvem aquelas duas regiões potencialmente ricas do Brasil. Eu vi aqui, várias vezes, centenas de Vereadores, Prefeitos e líderes empresariais da região defendendo essa bandeira que ontem S.Exa. transformou em vitória no plenário desta Casa.

Aproveito também a oportunidade para fazer um apelo à Presidência da Câmara no sentido de colocar em pauta o projeto de criação do Estado do Gurgueia, de minha autoria, de 1984. Projeto esse que irá transformar a região do sul ao extremo sul do Piauí, enfim, o seu cerrado, num novo Tocantins.

Eu sei que o Governo Federal se preocupa com o fato de que novos Estados trazem ônus para a União. No nosso caso, não, porque não há nenhum empréstimo internacional ligado a essa região do Piauí que deseja construir um novo Estado, cujo nome no projeto está em princípio como Estado do Gurgueia, embora o rio Piauí nasça exatamente no sul do Piauí, onde esse novo Estado também nasceria.

O certo é que o Brasil precisa de uma redivisão territorial. Aliás, na Constituinte de 1988, por iniciativa do Deputado Bonifácio de Andrada, foi colocado um dispositivo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevendo uma comissão especial no prazo de 3 anos para discutir a redivisão territorial do Brasil, que é urgente. O princípio constitucional, infelizmente, não foi efetivado.

O Piauí foi criado a partir do sertão. Nossa capital inicial era Oeiras, em pleno sertão. Depois que o Conselheiro Saraiva transferiu a capital para Teresina, no século XIX (precisava de uma comunicação fluvial para evitar o isolamento da Capital), o Governo ficou muito distante do sul, das origens sertanejas do Piauí. Razão por que é importante a criação do novo Estado.

O nosso cerrado será, em breve, um grande deserto se não tiver um governo local próximo para protegê-lo. Os nossos rios estão morrendo, tanto o Parnaíba, que nasce nessa região do futuro Estado, e o rio Gurgueia - exatamente por falta de uma política de manejo, e as matas ciliares destruídas, por não haver um governo local próximo. Estão anunciando a sua lenta agonia. Infelizmente, digamos assim, a nossa Constituição tem uma cláusula pétrea que exige o mínimo de 8 Parlamentares Federais para cada Estado, etc. Acho que o Brasil realmente precisa fazer uma nova configuração na sua representação eleitoral, representativa. O Estado da Flórida, por exemplo, tem apenas 4 Parlamentares na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Mas são aspectos previstos constitucionalmente, cláusulas pétreas que não podem



ser modificadas. O certo é que esse novo Estado iria trazer realmente um desabrochar fantástico para uma região ainda sofrida do meu Estado.

Só para concluir, quero mostrar a discriminação do Piauí em relação ao nosso cerrado: enquanto Tocantins levantou 500 milhões de dólares do Programa de Desenvolvimento do Cerrado - PRODECER, financiado pelo governo japonês, o nosso cerrado ficou de fora. Aliás, todos os Estados que têm cerrado receberam o financiamento do governo japonês, o Piauí foi o único que não tomou esse empréstimo, exatamente porque o Governo de Teresina, de costas para o cerrado, não percebeu o impacto que o empréstimo teria na transformação do nosso Estado: teria transformado essa região do cerrado na nova Tocantins.

Quem conheceu Tocantins sabe. Eu conheci Palmas um ou dois anos após a sua construção. Ela era modesta, parecia um pequeno centro. Hoje, Palmas é uma cidade exponencialmente desenvolvida, fruto de um Estado que progride, que cresce, que enriquece, que está gerando renda e bem-estar para a sua gente, para a sua população, com grandes plantações, grandes *plantations*, para dar maior impacto à expressão.

Então, o exemplo de Tocantins, tão próximo do futuro Estado - há poucos dias fiz um voo de Palmas a Correntes num avião monomotor em 1 hora e 10 minutos -, desperta nos nossos conterrâneos sofridos, abandonados e esquecidos do extremo sul a sensação de que só um novo Estado poderá realmente proporcionar-lhes oportunidades de bem-estar e de progresso.

Apelo à Presidência da Câmara e às Lideranças no sentido de que o nosso projeto, um dos mais antigos da Casa, seja colocado em pauta em oportunidade mais conveniente.

Muito obrigado.



096.1.54.O
Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21924

Sessão Extraordinária - CD

05/05/2011-10:42

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE
BANCADA
DISCURSO

Sumário

Posicionamento contrário do PSOL ao Projeto de Decreto Legislativo 731 de 2000 (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós).

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, um aspecto é estarmos votando essa matéria aqui, que dispõe sobre o plebiscito para avaliar a divisão do atual Estado do Pará. Outra coisa é termos concordância com isso.

O plebiscito é um princípio que nós do PSOL valorizamos bastante. Ele dá empoderamento popular, ele chama a população a decidir. Entretanto, nós temos uma visão muito clara de que esse procedimento é muitas vezes temerário. Por quê? Como destacou aqui o Deputado Sibá Machado, há pelo menos oito projeto de divisão de Estados. São treze projetos de divisão de Estados. Nós não entendemos que a divisão político-administrativa tenha o condão de resolver os problemas de cada Estado com saúde, concentração fundiária, educação.

O PSOL manifesta no painel o seu voto contrário. O plebiscito em si é um belo princípio constitucional, mas nós temos que analisar caso a caso. E nesse caso aí não está dado que, pela simples divisão político-administrativa ou mesmo por mais representantes aqui no Congresso Nacional, o problema ambiental, o problema de saúde, o problema de representação política e o problema das comunicações serão resolvidos.

Quero lamentar, por exemplo, que o Governo do Pará, que no ano passado inclusive nos informou com elementos muito substantivos da sua visão e da sua posição, conhecedor da realidade que é hoje, não tenha se manifestado minimamente.

Não há a visão, exceto dos representantes do Estado, de uma posição do ponto de vista econômico, ambiental, político, do ponto de vista da representação sobre a oportunidade desses plebiscitos, inclusive com esse prazo de seis meses. Não sei por que não há uma emenda para que ele possa ser feito junto com as eleições municipais.

A vontade popular é sempre soberana, mas a informação para que o povo decida com soberania também é fundamental. O PSOL vai trabalhar nesse sentido, inclusive no Senado da República.



096.1.54.O
Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21929

Sessão Extraordinária - CD

05/05/2011-10:42

CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE
BANCADA
DISCURSO

Sumário

Razões do posicionamento contrário do PSOL ao Projeto de Decreto Legislativo 2.300 de 2009 (Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do Art. 49 da Constituição Federal).

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, vou reiterar os argumentos do primeiro encaminhamento, em relação à possibilidade de criação do Estado de Tapajós, pois valem os mesmos para o de Carajás.

É verdade que o Deputado Giovanni Queiroz, Líder do PDT, tem uma missão. É quase uma cruzada: em toda reunião do Colégio de Líderes, ele relembra a urgência aprovada nesta Casa - contra o nosso voto - de se deliberar sobre esses plebiscitos.

E, nessa cruzada, ele agiu da última vez: a reunião já estava sendo encerrada quando S.Exa. fez sua solicitação, e houve um silêncio, mais que propriamente uma aquiescência. Inclusive ele me instou a manifestar meu testemunho sobre isso. De fato, isso ocorreu no fim de uma reunião longa, por causa do código florestal - sabemos bem como as coisas acontecem. E a minha suposição, sinceramente, era de que o Presidente Marco Maia não colocasse a matéria em pauta nesta sessão, dada a debilidade legislativa das reuniões de quinta-feira.

O PSOL, neste caso, se rende a essa acachapante maioria, com a qual já está acostumado - não a se render, mas a respeitar -, e não vai pedir verificação. Mas é um tanto irresponsável, mesmo para transferir a decisão ao supremo gesto de soberania popular que é o plebiscito, a Câmara dos Deputados, bem como o Senado - que vai ter que ratificar Tapajós e não Carajás. Vejam como o processo legislativo é estranho -, se manifestar sem a plenitude dos seus membros.

Há mais 12 projetos de criação de Estados. Repito: é uma falácia achar que criar Estado e Município reforça a Federação, melhora a vida do povo. Não necessariamente. Se fosse assim, a Lei de Terras, de 1850, teria, por exemplo, melhorado a distribuição fundiária no País; e pelo contrário, ela concentrou. Então, pavimentação, cuidado ambiental, saúde e educação não se resolverão como um condão, como uma varinha mágica, com a criação de novos aparatos administrativos.

O plebiscito é um instituto soberano que precisa ser melhor regulamentado. Essa questão da autonomia dos Estados para criar novos Municípios e de nossa facilidade em propor vários Estados, como o Triângulo, o Maranhão do Sul e outros, reconhecendo a especificidade territorial e administrativa do Pará, sei que ela não nos deve levar a essa facilidade de votação.

O PSOL vota contra o método; não contra o povo se manifestar, o povo do Pará inteiro...

O SR. DR. ALUIZIO - Sra. Presidenta,...

O SR. CHICO ALENCAR - Eu pedi para encaminhar contrariamente.

O SR. DR. ALUIZIO - Não está em discussão o projeto. É encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - S.Exa. estava orientando a bancada.

O SR. CHICO ALENCAR - Em nome da pressa, da celeridade absoluta dos defensores da ideia, eu me ative apenas a orientar, e estou concluindo.



Quero dizer que temos que ter muita atenção com esses processos e, a partir de agora, toda deliberação sobre plebiscitos deve ser feita nominalmente. Já quero anunciar isso para depois não dizerem que sou o chato do pedaço, o cricri, aquele que pede o elementar: que cada um coloque o seu voto ali.

Lamento que o atual Governador do Pará, ao contrário da Governadora passada - e não tenho nenhum vínculo partidário com ambos -, tenha se omitido totalmente. Não ouvi a palavra daquele que governa o Pará e que poderia declarar sua incompetência para...

O SR. DR. ALUIZIO (Bloco/PV-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, o Partido Verde orienta "sim".

O SR. CHICO ALENCAR - ... para governar um Estado tão grande. Se o Governo do Pará está aceitando também, é sinal de que não dá conta do recado. Mas quem vai dizer é o povo, soberanamente.

Deputado Sibá Machado, será daqui a 9 meses, em novembro. Podia ser, pelo menos, com as eleições municipais de 2011, até por economia para os cofres públicos. Mas o Deputado Giovanni Queiroz não venceu o plebiscito, mas a possibilidade de se fazer esse plebiscito. O Deputado vai fazer uma campanha limpa e transparente, sem abuso do poder econômico.



096.1.54.O
Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21926
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD 05/05/2011-10:42
JOÃO CAMPOS-PSDB -GO
ORDEM DO DIA
PARECER
DISCURSO

Sumário

Parecer, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao Projeto de Decreto Legislativo 2.300 de 2009 (Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do Art. 49 da Constituição Federal).

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB-GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, antes, desejo cumprimentar os acadêmicos da Universidade Evangélica de Anápolis, Goiás, que visitam esta Casa hoje.

Quero também dizer que há 30 anos, embora resida em Goiás, visito o Estado do Pará, em função de laços de afetividade com familiares que lá moram. Portanto, sou testemunha viva de que essa é a maior aspiração do povo daquele Estado.

Aproveito a oportunidade para homenagear meu pai, que reside na cidade de Xinguara, no extremo sul do Estado do Pará.

Passo a ler o parecer.

"I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de iniciativa do Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do art. 49 da Constituição Federal.

Cabe a esta Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

É o relatório.

II - PARECER

A proposição em apreço atende aos aspectos pertinentes à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

A Emenda de Adequação aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação com aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2011 passa a ser inconstitucional, devendo então ser rejeitada por este Plenário, mantendo-se integralmente o texto aprovado no Senado Federal.

Assim, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.300, de 2009, e pela inconstitucionalidade da Emenda de Adequação, aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação - CFT.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 2011."

É o meu voto, Sra. Relatora.

Quero, ao proferir meu voto, saudar todas as lideranças do Pará presentes aqui: Prefeitos, Vereadores e Deputados Estaduais.



096.1.54.O
Publ.: DCD - 06/05/2011 - 21915
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD 05/05/2011-10:42
WANDENKOLK GONÇALVES-PSDB -PA
ORDEM DO DIA
PARECER
DISCURSO

Sumário

Parecer, pela Comissão de Finanças e Tributação, ao Projeto de Decreto Legislativo 731 de 2000 (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós).

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente peço desculpas pelos óculos escuros. Eu vim agora de uma cirurgia.

Nunca fiquei tão inquieto, mas, ao mesmo tempo, sinto um misto de satisfação, ao verificar que, mais uma vez, a Câmara dos Deputados, em sua altivez, não deixa que outros Poderes usurpem as nossas prerrogativas de legislar em favor dos Estados, em favor dos Municípios, em favor do Brasil.

Em segundo lugar, agradeço a todos os Líderes indistintamente, que tiveram a compreensão de mostrar para todo o Brasil que nós podemos avançar na questão da descentralização administrativa. A própria Constituição prega a possibilidade concreta dos desenvolvimentos regionais. E o caminho mais curto para o desenvolvimento é a criação de novas entidades federativas, principalmente de Estados.

Vou dar o exemplo do Tocantins. Pergunte a algum tocantinense ou a algum goiano se quer voltar à incorporação ou se quer desmembrar novamente o Estado do Tocantins. Avanços consideráveis teve o Tocantins, o nosso vizinho ali do lado. No caso específico do Estado do Pará, ele deverá ser desmembrado em dois Estados.

São mais de 20 anos de luta. São mais de 20 anos de determinação.

Neste momento, gostaria de registrar que o Brasil mostrou o mapa da criminalidade. Em torno de 50 Municípios, dos cerca de 5.563 Municípios que o Brasil possui, 20 são do Estado do Pará. Em torno do Carajás, por exemplo, nós temos seis, dos 20 Municípios; o maior índice de criminalidade no Brasil inteiro.

Por isso, venho relatar esse processo do Estado do Tapajós, que, concomitantemente, deverá merecer o mesmo relatório por parte do Estado do Carajás.

Agradeço a V.Exa. O relatório foi distribuído. Nós temos a perfeita certeza de que haveremos de aperfeiçoar, quando criarmos o decreto legislativo. Parabéns a esta Casa, parabéns a V.Exa., parabéns ao povo do Pará, do Carajás e do Tapajós.

É o relatório.

Como é regimental, Sra. Presidente, vou ler o final do parecer.

"Voto do Relator

Cabe a esta Comissão exclusivamente o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilidade ou adequação ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento anual, conforme estabelece o art. 53, inciso II, combinado com o art. 32 e inciso X, letra "h", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

(...)

No ano de 2010, foram apresentadas e aprovadas emendas ao Orçamento da União para 2011, com a finalidade de realização do referido plebiscito. Portanto, trata-se de autorização legal, uma vez que já existe a efetiva dotação prévia para a realização da consulta plebiscitária.



Seguem anexos que comprovam a existência de recursos orçamentários destinados à realização do respectivo plebiscito.

Anexo I - Orçamento inicial do Tribunal Superior Eleitoral para pleitos eleitorais;

Anexo II - Espelho geral e espelho individual das emendas dos Parlamentares paraenses, incluindo emendas individuais, para a realização dos plebiscitos nos Estados do Tapajós e Carajás, conforme destinação na justificativa.

Anexo III - Planilha contendo o acréscimo dos recursos das emendas parlamentares na rubrica do TSE, para pleitos eleitorais - inclusos plebiscitos.

Diante do exposto, submeto a esse Colegiado meu voto de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Decreto Legislativo nº 731/2000 e dos PDCs nº 120/91, 585/2000, 2.264/06 apensados e da Emenda de Plenário nº 1, nos termos do substituto da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional."

Esse é o nosso voto, esse é o meu voto, esse é o voto do Estado do Pará.

Parabéns, e vamos à votação.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



040.1.54.O
Publ.: DCD - 18/03/2011 - 12303

Sessão Ordinária - CD

17/03/2011-18:09

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMUNICAÇÕES
PARLAMENTARES

LIRA MAIA-DEM -PA
COMUNICAÇÃO
PARLAMENTAR
DISCURSO

Sumário

Realização pelo DEM de convenção extraordinária destinada à reaglutinação do partido. Visita do orador a municipalidades paraenses, na condição de presidente estadual do DEM. Realização de plebiscitos sobre a proposta de criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Cumprimento do dispositivo regimental a respeito do horário previsto para o início do Grande Expediente, nas sessões ordinárias da Casa.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Amauri Teixeira, colegas Parlamentares, hoje eu gostaria de fazer dois registros.

Nesta semana, no dia 15, o Democratas, meu partido, fez uma convenção extraordinária para definir uma direção, também temporária, para reaglutinar o partido. Eu diria que foi uma convenção de oxigenação do Democratas.

Todo o Brasil viu pela imprensa algumas divergências, uma recente disputa interna no Democratas, na Câmara, para definir os seus Líderes, o seu representante de Mesa. O remédio encontrado, até pelo fato de ser um partido cujo nome é honrado, um partido que exerce a democracia, foi um trabalho de ressurgimento, um trabalho que eu diria de rejuvenescimento, um trabalho que deu certo no partido.

A partir da convenção do Democratas, no dia 15, em que nós elegemos o Senador Agripino Maia para dirigir o partido em âmbito nacional, foi definida uma Executiva e um calendário, para que, nos diversos pontos deste País, nós possamos exercer um trabalho de fortalecimento desse partido, que tem contribuído para a democracia e o País com as suas ideias, com suas discussões e com sua participação no Congresso Nacional.

Parabenizo todos aqueles que tiveram a sapiência de buscar um entendimento, resultando num Democratas forte, num Democratas que prenuncia o crescimento do País.

Na condição de Presidente do partido no Pará, tenho percorrido diversos Municípios. Vamos colocar representação do nosso partido em todos os Municípios paraenses, e, com certeza, na próxima eleição municipal, haveremos de ter representação com mandato em todos eles.

Tenho percorrido o Estado do Pará, especialmente a área onde faço política, e quero cumprimentar as lideranças dos Municípios pelos quais passei nos últimos 2 meses: Brasil Novo, Medicilândia, Altamira, Belterra, Mojuí dos Campos, Alenquer, Curuá.

Meus cumprimentos a todas as lideranças e a todos os Municípios que visitamos. Continuem firmes, desenvolvendo o trabalho político de divulgação e crescimento do partido.

Sr. Presidente, meu tempo deveria ser de 10 minutos, mas me foram concedidos apenas 5. Solicito-lhe que me seja restituído o tempo restante, para que eu possa fazer meu segundo registro.

O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Deputado Lira Maia, o tempo de 10 minutos está garantido. Perdoe-nos.

O SR. LIRA MAIA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O segundo registro que faço, sem querer ser repetitivo, já que eu sempre trato deste assunto, é que no ano passado realizamos um trabalho muito intenso de convencimento e articulação para termos aprovada nesta Casa a autorização de plebiscito para a criação dos Estados de



Tapajós e Carajás. Esta semana recomeçamos na Casa o trabalho de divulgação e nivelamento de informações entre os Parlamentares, visando aprovar ainda neste semestre a matéria.

Graças a Deus, temos encontrado respaldo. Os projetos foram aprovados no Senado, e os requerimentos de urgência foram aprovados, no ano passado, no plenário da Câmara dos Deputados, em votação nominal, com a maioria absoluta da Casa favorável.

Esta semana visitamos os novos Deputados. Esteve em Brasília um grupo de mais de 30 representantes da pretensa área do Estado de Tapajós. Prefeitos e Vereadores vieram de Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis, Altamira, Monte Alegre, Santarém, de outros Municípios, para visitar os novos Parlamentares desta Casa, a fim de nivelar as informações para que, ainda neste semestre, essa matéria seja votada.

Eu acho que esta Casa está a dever ao povo do Pará a aprovação do plebiscito, dando-lhe a oportunidade de manifestar se é favorável ou não à divisão territorial e à criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

Temos exemplos vivos no Brasil. Os Estados do Tocantins e de Goiás estão a céu aberto, são dois belos exemplos. Se tivesse havido um estudo de viabilidade econômica, não teria sido criado o Estado do Tocantins, que representava 4% do PIB de Goiás. Hoje, Tocantins é exemplo nacional, um Estado em franco desenvolvimento.

Os Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso são outros dois belos exemplos que o País deve copiar, cuja divisão territorial é exemplo de sucesso.

Nós temos lutado há muitos anos; eu, especificamente, em todo o meu primeiro mandato, e agora no segundo mandato. Haveremos de concluir essa batalha, que, não tenho dúvida, representa o maior projeto de desenvolvimento que se discute atualmente em favor do Estado do Pará.

Nós não queremos que a Câmara dos Deputados crie os Estados. Queremos apenas que a população do Pará exerça o direito constitucional de manifestar-se por plebiscito. Assim, respeitando a vontade da população, haveremos de caminhar rumo a esse processo.

Não tenho dúvida de que estaremos contribuindo para o desenvolvimento do Estado do Pará, da Transamazônica, de Marajó, Bragantina, Guajará, da área metropolitana de Belém. Todas as áreas serão beneficiadas, porque haveremos de ter governos mais próximos, com área menor, com problemas menores e recursos muito maiores do que os que temos hoje para administrar a mesma área.

Estes são os dois registros que faço na tarde de hoje. E aproveito para dizer que estaremos vigilantes, pedindo aos que nesta Casa são contrários que discutam contrariamente, sem problema algum - nós os respeitamos, como respeitamos os que são favoráveis. Mas não temos o direito de negar ao povo do Pará a oportunidade de se manifestar em plebiscito.

Aos colegas que receberam nossas lideranças da região esta semana quero agradecer-lhes a recepção, que foi extraordinária. Todos voltaram daqui empolgados. No final de ontem, nós nos reunimos com o Presidente Marco Maia, que se mostra totalmente disposto a nos ajudar e a colocar a matéria em votação.

Vamos continuar esse trabalho. Se Deus quiser, no mês de abril haveremos de trazer essa matéria para a pauta, Deputado Zé Geraldo, de discuti-la, dando ao povo do Pará a oportunidade de se manifestar. Não tenho dúvida de que isso será positivo.

Cumprimento todas as lideranças que estiveram nesta Casa esta semana, às quais agradeço. Peço aos demais Prefeitos e Vereadores que enviem seus representantes, para, sob nossa coordenação, continuarmos esse trabalho.

Saúdo os Deputados Giovanni Queiroz, Zequinha Marinho, Wandenkolk Gonçalves, que nos acompanharam, e a esmagadora maioria dos Deputados do Pará que nos é favorável.

Vamos continuar essa luta. Tenho certeza de que por esse caminho vamos fazer história e ajudar o Estado do Pará.



Por fim, gostaria de dizer que, para respeitarmos os colegas inscritos no Grande Expediente, basta cumprirmos o Regimento Interno, não expandindo o Pequeno Expediente. O Grande Expediente deve iniciar-se às 15 horas. Os Parlamentares que quiserem falar no Pequeno Expediente pronunciam-se depois das Comunicações Parlamentares. Assim faremos justiça e daremos oportunidade de falar a todos os colegas.



003.1.54.O

Publ.: DCD - 08/02/2011 - 4778

Sessão Ordinária - CD

07/02/2011-15:39

AGNOLIN-PDT -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE

EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Saudações à Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Rose de Freitas, à esposa do orador, Edna Agnolin, aos Deputados e aos servidores da Casa. Agradecimento à população do Estado do Tocantins pela eleição do orador. Diretrizes da atuação parlamentar do orador. Apoio à criação do Estado do Carajás. Defesa de aprovação de matérias de relevante interesse nacional, sobretudo à realização das reformas política e tributária, à criação do novo Código Florestal Brasileiro e à aprovação de proposições relacionadas à exploração de petróleo na camada pré-sal.

O SR. AGNOLIN (Bloco/PDT-TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, aproveito esta oportunidade, quando V.Exa. ainda preside a Mesa Diretora, para cumprimentá-la e parabenizá-la por representar a grande família feminina neste Parlamento. V.Exa. orgulha não só as mulheres brasileiras, mas também os homens brasileiros. Torcemos para que a missão de V.Exa. seja muito bem-sucedida, assim como tem sido a atuação da mulher em nossa vida.

Aproveito para cumprimentar também a minha querida e amada esposa, Edna Agnolin, que se encontra na tribuna de honra desta Casa, para gentilmente prestigiar este nosso pronunciamento. Posso dizer que ela tem sido o porto seguro de todos os nossos desafios e tem sido efetivamente determinante em nossa jornada política. Acumula as funções de esposa, mãe e avó, com um mandato de Vice-Prefeita de Palmas, a Capital do nosso Estado do Tocantins. Portanto, tenho muito orgulho de ser o marido desta grande companheira e de tê-la ao meu lado no Congresso Nacional.

Parabéns, Sra. Presidenta! Que Deus ilumine V.Exa. nessa caminhada, ao fazer parte da Mesa Diretora como 1ª Vice-Presidente da nossa Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Muito obrigada, nobre Deputado.

O SR. AGNOLIN - Cumprimento também os colegas Sras. e Srs. Deputados, os servidores desta Casa, os visitantes que estão nas galerias deste Parlamento, as senhoras e os senhores da imprensa, as amigas e os amigos do nosso querido Tocantins.

Saúdo o Presidente Chico Lopes, que ora assume a presidência dos trabalhos.

Sr. Presidente, quero dizer a todos os brasileiros que é uma honra estar, pela primeira vez, ocupando a tribuna desta Casa. Este é o meu primeiro mandato de Deputado Federal. Espero que não seja o único. Vou esforçar-me muito para ficar alguns anos compartilhando das decisões da vida brasileira.

Eu gostaria, em primeira mão, neste momento único, de deixar registrada neste Parlamento a minha gratidão. Falo da minha gratidão aos líderes que muito contribuíram para a construção de nossa vitória, por isso peço permissão aos presentes para fazer muitos agradecimentos.

De forma alguma eu poderia deixar de lado a minha família: minha esposa, que já mencionei, minha mãe, minha sogra, minha avó, meus netos, bisnetos, filhos, noras, genros, enfim, todos os familiares que conosco estiveram diuturnamente nessa jornada.

Quero agradecer especialmente à gente amiga, à querida gente tocantinense, esses que acreditaram em mim. Com 6,53% dos votos válidos, colocaram-me no quarto lugar entre os Deputados Federais mais votados na história do Tocantins.



Estou aqui e quero agradecer a César Halum, colega do Parlamento Estadual também eleito Deputado Federal. Compartilhou conosco esse grande embate, essa grande jornada. Mas também parablenizo todos que chegaram a este Parlamento, especialmente os calouros que, assim como eu, estreiam nesta Casa. E parablenizo particularmente os do meu partido, o PDT - há pouco, ouvimos a manifestação dos Deputados Reguffe, da nossa Capital Federal, e Bala Rocha, que presidiu os trabalhos desta Mesa.

Com muita humildade, peço paciência aos veteranos e apoio aos Líderes. Peço-lhes que me auxiliem neste novo aprendizado, neste novo momento, nesta nova jornada e na concretização dos sonhos idealizados.

Quero dizer aos meus quase 48 mil eleitores, àqueles que confiaram em mim - dirijo-me também àqueles que por algum motivo deixaram de votar em mim - que nada mudou. O meu discurso continua o mesmo. Farei tudo para concretizar o que foi dito durante a campanha eleitoral nas grandes e pequenas cidades, em todos os quadrantes do nosso Estado. Por isso aqui chegamos.

Digo ao meu colega Deputado Reguffe, que há pouco se manifestou, que já estou assumindo a revogabilidade neste pronunciamento: pretendo cumprir rigorosamente tudo que me propus fazer durante os debates, as manifestações, os comícios, as grandes jornadas.

Lembro-me muito bem de tudo que combinamos. Já estou empenhado na busca de recursos, para começar a resgatar o combinado.

Entre os vários compromissos, faço um destaque: expandir o polo de confecções do Estado do Tocantins. Esse polo foi compromisso público da campanha passada. Minha esposa, juntamente com o Prefeito Raul Filho, comprometeu-se, em praça pública, a implantar um polo de confecções em Tocantins. Graças à determinação da Vice-Prefeita, graças ao apoio do Prefeito Raul Filho, graças ao apoio de entidades e instituições que se irmanaram nessa missão, hoje o polo é uma realidade. Já está instalado em 16 Municípios. Embora o compromisso tenha sido feito apenas para a Capital, o polo vai-se expandindo rapidamente.

Estamos aqui exatamente para conseguir recursos e cumprir uma das partes mais importantes do projeto: disponibilizar centenas de fábricas domiciliares de confecção, com todo o apoio logístico e técnico às famílias, a fim de que possam desenvolver sua própria atividade, conquistar sua autonomia, obter recursos originários do suor do seu próprio esforço, o que significará o verdadeiro resgate da cidadania e da dignidade humana. Vamos, assim, fazendo a expansão do nosso polo.

Os cursos de qualificação de mão de obra já estão acontecendo e contribuindo para aprimorar as técnicas de produção de nossos trabalhadores, bem como a qualidade dos produtos, o que proporciona competitividade. Sem competitividade não há prosperidade. Estamos preparando nossa gente para ser competitiva.

Esse nosso interesse em fazer chegar aos trabalhadores mecanismos que lhes promovam maior segurança em qualquer área em que atuem se deve a nossa longa batalha pelo desenvolvimento do setor produtivo, à profissionalização, infraestrutura e industrialização do nosso Estado.

Tanto é, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, que iniciei minha vida pública como Presidente da Associação Comercial e Industrial de Gurupi. Fui fundador e presidente por 14 anos da Federação do Comércio do Estado do Tocantins, onde tive a parceria de César Halum, sempre liderando o setor sindicalista e participando da diretoria da nossa Federação. Por duas vezes estive no comando da Secretaria Estadual da Indústria, Comércio e Turismo, quando tive a oportunidade de desenvolver vários projetos que formavam a condição industrial e comercial do nosso Estado.

Como havia dito aos meus eleitores, no que diz respeito à agricultura familiar, daremos ênfase à piscicultura, com destaque à criação de peixes pelo sistema tanque-rede, uma modalidade que poderá fazer uso do grande potencial hídrico do Estado, principalmente o constituído



pelos lagos das quatro hidrelétricas já construídas no Rio Tocantins e de mais três em fase de construção, com seus projetos aprovados. Isso pronto, teremos aproximadamente mil quilômetros de lagos apropriados para a criação de peixes, com águas que se renovam num tempo máximo de 24 horas, com a temperatura ideal para maior rendimento do setor da piscicultura.

Esse ambiente, muito apropriado para a criação de peixes, há de transformar a piscicultura numa das grandes âncoras do desenvolvimento econômico do Estado do Tocantins, contemplando sobremaneira a agricultura familiar. Com isso, faremos da cadeia da piscicultura importante vetor econômico, com sustentabilidade ambiental e imensurável alcance social.

Fiz compromisso e vou lutar pelo piso salarial dos agentes de saúde, pela regulamentação e pelo fortalecimento da categoria dos mototaxistas, facilitar o acesso dos jovens de baixa renda à universidade pública, por meio da implantação de cursos pré-vestibular gratuitos.

Na educação profissional, farei uso da experiência adquirida na gestão da Federação do Comércio, do SESC e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o SENAC de Tocantins, para fazer com que nenhum tocantinense deixe de ingressar no mercado de trabalho por falta de qualificação profissional. Vamos, sim, superar essa dificuldade que assola muitas famílias.

O Brasil cresce, as vagas no mercado aparecem, e, não raro, deparamo-nos com falta de jovens e adultos qualificados para ocupá-las.

O Sr. Chico Lopes - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. AGNOLIN - Pois não, Deputado Chico Lopes.

O Sr. Chico Lopes - V.Exa. é do partido do velho Briza, como é chamado o velho Brizola de guerra, com o qual tive a honra de compartilhar a luta contra o regime militar em 1964. V.Exa., gaúcho, veio para o centro do Brasil ajudar a desenvolver a agricultura na região. Parece-me que a agricultura é a atividade econômica mais importante, porque se ninguém planta, ninguém come, se ninguém come, morre. E V.Exa., com seu currículo de Vereador, Deputado, líder empresarial, vem ajudar esta Casa a construir um Brasil que produza e que exporte, a fim de crescer cada vez mais para a felicidade do nosso povo. São muitos os desafios. Temos desafios como o apagão da última quinta-feira, como aqueles de há 10 anos, época em que tínhamos de pagar por um apagão de 4 ou 5 dias. É bom que critiquem, mas é bom também que o Governo facilite o uso do biodiesel, a plantação de mamona para ajudar o País a ter energia limpa, como a das hidrelétricas. Para aprovar a Usina de Belo Monte foi um sacrifício e tem gente querendo recorrer ao Judiciário. V.Exa., como líder empresarial, sabe que, se não tivermos energia, não vamos muito longe. Então, V.Exa. é mais um pedetista, mais uma pessoa avançada que vem ajudar o Governo e os brasileiros a avançarem. Parabéns. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. AGNOLIN - Deputado Chico Lopes, agradeço muito a V.Exa. a intervenção. Posso garantir-lhe que o Tocantins, o novo grande celeiro nacional, está a postos recebendo investidores e trabalhadores brasileiros que têm ajudado a construir nosso Estado e que também irão ajudar com certeza a alimentar o povo brasileiro.

Quanto ao grande político Leonel Brizola, quero destacar que, ainda menino, eu ouvia seus discursos na *Rádio Farroupilha*. Brizola, na sua contundência, na sua veemência, empunhava com vigor as bandeiras em que acreditava e confiava.

Minha Presidenta Rose de Freitas, eu tive o privilégio de ser um dos alunos das Brizoletas, em 1961/1962, quando tinha 8 anos. Tive o privilégio de ser um dos estudantes daquela grande expansão de ensino. O Rio Grande do Sul teve o seu grande *boom* na educação nos anos 60, quando Brizola levou escolas para todo o interior do Estado.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, essas são algumas das plataformas por mim defendidas e que fizeram com que as pessoas acreditassem em mim e me fizessem chegar a



esta Casa.

Nas questões políticas, em âmbito nacional, estaremos sempre ouvindo orientações do novo Líder da nossa bancada, Deputado Giovanni Queiroz, a quem parablenho por seu desempenho nesta Casa e por levantar a bandeira pela criação do Estado do Carajás. E digo ao nosso Líder que pode contar com o apoio incondicional deste companheiro - alio-me incondicionalmente a essa proposta -, e faço isso porque tive o privilégio de viver a experiência da criação, implantação e consolidação do Estado - vejo hoje a pujança do Tocantins - e afirmo categoricamente que todos os indicadores econômicos e sociais são absolutamente favoráveis à população dos dois Estados envolvidos, Goiás e Tocantins.

Mais importante do que isso é verificar o quanto a Constituinte de 1988, ao criar o novo Estado, melhorou a vida dos tocaninenses e também dos goianos. Essa foi uma decisão em que ambos foram beneficiados, ambos tiveram ganhos reais.

Quero dar um exemplo do porquê eu me aliar à criação do Estado do Carajás. Vou falar de dois serviços essenciais à vida do cidadão: energia elétrica e água tratada.

Tive hoje o cuidado de fazer uma pesquisa e encontrei informações de que, antes de ser Tocantins, havia no norte de Goiás aproximadamente 69 mil residências, em 1998, com ligações de energia elétrica. Para minha alegria, terminamos 2010 com 466 mil residências.

Se falarmos de água, elemento essencial à vida, quando deixamos de ser o então norte de Goiás, passamos a ter autonomia e viramos Tocantins, tínhamos, em 2009, 13 mil residências com água tratada em todo o Estado. Em 2010, 356 mil residências abastecidas com água tratada, ou seja, 98,6% das residências urbanas do Estado. Quanto ao esgoto, partimos de zero, em 1999, chegando a 53 mil, em 2010.

O Sr. César Halum - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. AGNOLIN - Deputado César Halum, por favor.

O Sr. César Halum - Deputado Agnolin, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento extremamente oportuno e contribuir com duas afirmações. Primeira, V.Exa. é legítimo representante do segmento produtivo deste País, sindicalista, Presidente da Federação do Comércio. Conheço sua história e posso avalizá-lo quando fala do estímulo à produção. Talvez V.Exa. seja um daqueles que vai nos ajudar nesta Casa a dar um direcionamento melhor ao BNDES, um banco criado para fomentar o desenvolvimento e gerar emprego no País, mas que tem desviado o seu curso. Nós temos visto o BNDES emprestando dinheiro para grandes grupos econômicos. A Friboi, por exemplo, um dos maiores frigoríficos do mundo, está investindo no exterior, comprando frigorífico na Europa, na América do Norte, com dinheiro do BNDES. Em vez de gerar empregos aqui, nosso banco está financiando investimentos no exterior. Então, talvez V.Exa. seja uma das pessoas que vai nos ajudar a mostrar que o BNDES precisa tomar outro rumo. O Brasil tem procurado um caminho errado. Estimulou o crédito para o consumo, mas não estimulou o crédito para a produção. Um cidadão brasileiro hoje chega a qualquer loja, compra uma geladeira ou um *freezer*, em 18, 20 pagamentos sem juros, mas, se uma senhora quiser comprar uma máquina de costura industrial, como V.Exa. propõe em seu projeto, ela não consegue fazê-lo, porque o crédito é difícil; tem de se submeter a tantas condições que as instituições financeiras impõem que ela acaba não tendo oportunidade de fazer renda dentro da sua casa. Portanto, temos de mudar o rumo do crédito do consumo também para o crédito da produção. Temos de estimular as pessoas a ganhar dinheiro por meio do dinheiro público, e que o BNDES largue de investir lá, na Europa. É preciso que se insira dinheiro aqui, porque nós precisamos de emprego no Brasil. Em segundo lugar, quero parabenizá-lo pelo apoio à criação do Estado do Carajás. Sou tocaninense. Assim como V.Exa., também vivi o desenvolvimento do Tocantins, que é o maior exemplo para que ninguém conteste a redivisão territorial do Brasil, porque ela é importante. O Pará é um Estado muito grande e muito rico, mas há ausência do Governo na maior parte do seu território. A presença de governo faz, como V.Exa., que as pessoas



tenham melhores condições de vida. Só para concluir e contribuir com um dado, lembro-me bem de que, quando se criou o Estado do Tocantins, dizia-se: "*O Tocantins, para ser viável, precisa chegar a ter 9% da arrecadação do Estado de Goiás*". A comparação era essa. Naquela época, em 1988, a parte norte tinha 4% do total da arrecadação de Goiás. E nós só viabilizaríamos o Estado com 9%. Hoje, 21 anos depois, a arrecadação do Tocantins corresponde a 21,8% da arrecadação de Goiás. É uma prova de que a redivisão territorial deu certo e de que o Brasil precisa continuar esse exemplo. O Pará merece a redivisão. Parabéns, Deputado Agnolin.

O SR. AGNOLIN - Obrigado, Deputado César Halum. É muito oportuna sua intervenção, que reforça a tese do nosso pronunciamento. Nós vamos, sim, em momento oportuno, falar mais sobre Tocantins, sobre o que significou a emancipação do nosso Estado. Mantivemos a harmonia absoluta com o povo goiano, com laços fraternos, irmanados em todas as nossas missões e em todos os nossos objetivos.

Eu afirmei na campanha que apoiaria Dilma Rousseff. E fiquei muito feliz, na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, quando a Presidenta reiterou seus compromissos e assegurou aos cidadãos todas as condições básicas, fundamentais e essenciais, como alimentação, moradia, emprego, educação de qualidade e acesso à saúde e à cultura. A Presidenta realmente tem razão quando diz que é vergonhoso que, no Brasil, grande produtor de alimentos, ainda haja pessoas passando fome. De fato, nossa Presidenta tem razão quando afirma isso.

Vim para a Câmara Federal com a pretensão de participar do debate dos grandes temas nacionais e concordo com o Presidente do Congresso Nacional Senador José Sarney, com o Presidente desta Casa Deputado Marco Maia, com a Presidenta Dilma Rousseff, com o Ministro Carlos Lupi, enfim, com todos os que se manifestaram opinando pela urgência de debater e votar a reforma política.

Logo após as eleições de 2010, ainda contrariado, em decorrência da brutal mercantilização do pleito, encomendei à minha assessoria que buscasse no sítio eletrônico do TSE a soma dos gastos de todos os candidatos eleitos para a Câmara Federal e para o Senado nas últimas três eleições, as de 2002, 2006 e 2010. O resultado da pesquisa foi assustador. Pasmem!

Sra. Presidenta, ainda disponho de quanto tempo?

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. exauriu o tempo de que dispunha. Nós lhe concederemos mais 1 minuto.

O SR. AGNOLIN - Então, quanto a essa questão, realmente é intransferível a discussão e votação, e eu, particularmente, posicione-me ao lado dos que defendem o voto distrital misto, com uma parte de voto majoritário e outra proporcional.

Retomo o meu pronunciamento, Sra. Presidenta. Em 2002, foram declarados oficialmente gastos de mais de 1 bilhão e 36 milhões de reais; e em 2010, mais de 3 bilhões e 670 milhões, um aumento de gastos superior a 254%. Enquanto isso, os demais indicadores econômicos brasileiros (PIB, IPCA, IGP, IGPM, INPC e outros) ficaram muito aquém desse percentual. Ou seja, a menor variação no mesmo período foi de 65,96%, apontado pelo índice de preço ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo. E a maior de 109,54% apontado pelo Índice Geral de Preço da Fundação Getúlio Vargas.

Isso, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, reforça a tese de que o atual modelo eleitoral está absolutamente ultrapassado. Se assim permanecer, corremos o sério risco de ver a vontade soberana do eleitor desvirtuada pela influência dos gastos fabulosos, capazes até mesmo de descaracterizarem os partidos e o exercício pleno da democracia. Reconheço a complexidade do tema, a dificuldade de enfrentar o novo, ao tempo que parablenho os protagonistas dessa discussão. Nessa esteira, coloco-me ao lado dos que defendem o



fatiamiento da reforma política, iniciando-se pela legislação eleitoral, defendo o voto distrital misto, financiamento público exclusivo, com a combinação do voto majoritário com o voto proporcional. Essa reforma propicia o fortalecimento dos partidos, a aproximação do eleito com o eleitor e o desfazimento deste insustentável mercantilismo eleitoral.

Estarei presente nos debates da reforma tributária (desburocratização, alargamento da base tributária e a revisão da repartição dos tributos), do novo Código Ambiental, especialmente no que consiste a competência dos Estados para complementar a legislação, nas discussões do pré-sal, nas matérias de interesse do trabalhador brasileiro, por ser esta uma das principais bandeiras do nosso partido, que teve, na ousadia do grande brasileiro Getúlio Vargas, a criação da Justiça do Trabalho, a instituição do salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho, a carteira profissional, a semana de trabalho de 48 horas e as férias remuneradas. Hoje temos como representante maior do trabalhador em nosso partido o grande líder e companheiro Deputado Paulinho da Força.

Quero, senhores, mais uma vez, reiterar e dizer ao povo tocaninense que estou aqui por eles e para eles. Trabalharei de forma a honrar o meu nome e o do meu Estado, sempre com transparência e dignidade.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta.

A todos o meu muito obrigado.



214.4.53.O
Publ.: DCD - 08/12/2010 - 49245
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD 07/12/2010-13:52
GIOVANNI QUEIROZ-PDT-PA
BREVES COMUNICAÇÕES
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apresentação de proposta de emenda à Constituição sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios no País. Defesa de criação de novas municipalidades no Estado do Pará. Votação do projeto de decreto legislativo acerca da realização de plebiscito sobre a criação dos Estados de Tapajós e Carajás.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que V.Exa. tem uma bola de cristal. Com certeza vou fazer votos de que isso se consolide.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição que dá nova redação ao § 4º do art. 18 e que devolve à Constituição originária de 1988 as condições ali colocadas para criação e incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

A Proposta de EPROmenda à Constitucional nº 15, de 1996, modificou o § 4º da Constituição de 1988 e tornou impeditiva a criação de novas unidades municipais em todo o País. Portanto, há 14 anos não se consegue criar Municípios no Brasil, o que é uma incoerência e até um ato de irresponsabilidade.

Nós, no Congresso Nacional, por imposição do § 4º, modificado pela Emenda nº 15, já deveríamos ter votado uma lei complementar federal que disciplinasse a matéria, e não o fizemos. Essa matéria, aliás, já foi votada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas não veio a plenário. Portanto, estamos descobertos; e deixamos descobertos os Estados para que eles pudessem colocar em discussão nas suas leis a sua condição geopolítica. E estamos a prejudicar o Brasil em vários Estados. Por exemplo, o Estado do Pará, onde temos grandes povoados de mais de 30 mil habitantes, que ficam a mais de mil quilômetros da sede do Município, como é o caso de Castelo dos Sonhos, Município de Altamira.

Sr. Presidente, não podemos mais conviver com essa distorção grotesca na organização geopolítica do Brasil, particularmente no que diz respeito à criação de novos Municípios. Inúmeras regiões do sul do Pará, e do Estado como um todo, têm condições de se transformar em Municípios, mas não podem, porque a legislação federal não existe em condições de poder orientar procedimentos que permitam a criação de Municípios.

De igual forma, Sr. Presidente, hoje à tarde, nesta Casa, vamos ver os Líderes de todos os partidos reclamarem da votação do decreto legislativo que autoriza o plebiscito que dispõe sobre a criação do Estado do Carajás e do Estado do Tapajós. O Estado do Pará, com a dimensão territorial de 1 milhão e 248 mil quilômetros quadrados, é impossível ser bem gerenciado por qualquer governante. É importante que essa revisão geopolítica se dê, para o bem do Brasil e para o bem do Estado do Pará.

Nós, que temos a maior província mineral do mundo no sul e no sudeste do Estado do Pará, que temos minério por todo o território paraense, sabemos como contribuir efetivamente para o desenvolvimento nacional. Precisamos apenas da presença do Estado, com políticas e indústrias capazes de garantir o desenvolvimento efetivo daquela região, e da participação da nossa região amazônica no contexto do desenvolvimento nacional.



Portanto, Sr. Presidente, esse projeto de emenda constitucional que trago é no sentido de devolver à Constituição aquilo que foi feito em 1988, que foi a mais inteligente proposta para a criação de novos Municípios no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



196.4.53.O
Publ.: DCD - 19/11/2010 - 45786

Sessão Extraordinária - CD 18/11/2010-10:22
SEBASTIÃO BALA ROCHA-PDT -AP
BREVES
CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à criação dos Estados de Tapajós e Carajás. Defesa de criação de novos Municípios no País.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, na manhã de hoje, para reforçar as teses defendidas pelos Deputados Giovanni Queiroz e Lira Maia sobre a criação de dois novos Estados, a partir da divisão do Estado do Pará.

Faço isso, Sr. Presidente, como morador de uma região exatamente desmembrada do Estado do Pará, o ex-Território Federal do Amapá, hoje o meu querido Estado do Amapá.

Moro no Amapá desde os seis anos de idade, quando ainda era Território, embora tenha nascido na Ilha Grande de Gurupá, em Jaburu dos Alegres, no Estado do Pará. Sou testemunha, portanto, da evolução do Estado, a partir de 1988, com a sua instalação definitiva, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 1º de janeiro de 1991. Imaginem o Amapá hoje se ainda fosse Território.

Sempre que se fala da criação de novos Estados são mencionados como exemplos Amapá, Roraima e Rondônia. Argumenta-se que eles ainda têm despesas pagas pelo Governo Federal. Porém, há uma diferença clara entre desmembrar uma região de um Estado já consolidado e um ex-Território. No caso dos ex-Territórios, as despesas do Governo Federal são simplesmente com o pagamento de servidores pertencentes aos quadros da União, ou seja, servidores federais. O Governo não tem outras despesas no Amapá nem em Roraima, a não ser os tradicionais.

Venho também advogar o desmembramento das regiões dos futuros Estados de Carajás e Tapajós.

Carajás, pela sua expressão econômica, com uma estância mineral fortíssima, tem garantida a sua viabilidade econômica.

Quanto a Tapajós, faço-o por dois motivos, Deputado Lira Maia: primeiro, também pela grandeza, pela beleza esplendorosa da região. Conheço de perto Alter do Chão. Recomendo a qualquer brasileiro e qualquer estrangeiro que vier ao Brasil ir a Alter do Chão, um maravilhoso paraíso ecológico à margem do Rio Tapajós, muito próximo da foz do Tapajós e do Rio Amazonas. Além disso, Deputado Cleber Verde, além do potencial econômico, tenho outro forte motivo para defender a criação do Estado de Tapajós: a inclusão da margem esquerda do Rio Amazonas, desprezada pelo Estado do Pará.

Outro exemplo: o Amapá faz fronteira com o Município de Almeirim. Em Monte Dourado, um Distrito de Almeirim, estão sediadas duas grandes empresas: a CADAM, vinculada à Vale do Rio Doce, e a Jari Celulose. Elas arrecadam juntas milhões, talvez bilhões, de reais por ano, mas não há contrapartida, não há reinvestimento na região. Para se ter uma ideia, a estrada que liga o aeroporto de Monte Dourado à sede do Município, bem como a que liga Monte Dourado a Munguba, onde estão localizadas as duas grandes fábricas, não foram ainda asfaltadas.

Para onde vai todo o dinheiro arrecadado? O Pará não precisa dessa região do Tapajós e também pode abrir mão da região de Carajás.



Estou aqui para defender e apoiar a criação desses dois novos Estados, assim como a criação de novos Municípios. Acho um retrocesso para o País o Governo Lula impedir a criação de novos Municípios. Desde 1996 não podemos criar mais Municípios, o que é um grande absurdo. Como foi dito ontem, há Municípios no Pará, Deputado Giovanni Queiroz, Deputado Lira Maia, maiores que dois, três Estados juntos.

Precisamos criar novos Municípios neste País. A lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional nº 15 precisa ser votada.

Repito, Sr. Presidente, estou nesta tribuna para apoiar a criação dos Estados de Tapajós e de Carajás e a de novos Municípios neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



075.4.53.O
Publ.: DCD - 15/04/2010 - 15202

Sessão Extraordinária - CD

14/04/2010-20:26

GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Decreto Legislativo 2300 de 2009 (Dispõe sobre a realização de plebiscito para criação do Estado do Carajás), do Senado. Ponderações sobre a importância da criação do Estado do Carajás.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, agradecer a convivência que tive nos últimos 20 anos nesta Casa. Já estou no quarto mandato e, quando aqui cheguei, sonhador e ainda mais jovem, pensava que poderíamos integrar a Amazônia efetivamente ao Brasil.

Aqui iniciava a defesa de um sonho que não era apenas meu, mas de milhares de brasileiros que migraram para a região sul e sudeste do Pará. Lá somos 1 milhão e 400 mil habitantes, migrantes de todo o Brasil. Temos 340 mil homens paraenses, 328 mil homens e mulheres maranhenses, 154 mil mineiros, entre os quais me incluo, 64 mil paranaenses, 58 mil goianos - está nesta cartilha (*Mostra cartilha.*) -, capixabas, pernambucanos, homens de todo o Brasil, que foram em busca de espaço para melhor construírem a vida.

Gostamos do Estado do Pará, gostamos do povo do Pará, que nos recebeu de braços abertos, nós, migrantes de todo o Brasil. Mas chegou o momento em que o Brasil precisa que a Amazônia avance num projeto planejado de desenvolvimento. Esse projeto não pode ficar a cargo de apenas um gestor, para governar um Estado de 1 milhão, 252 mil quilômetros quadrados, 60 vezes maior do que o Estado de Sergipe, 40 vezes maior, Deputado Ronaldo Caiado, do que o Estado de Alagoas. Não há bom governante, não há homem de boa vontade que dê conta de administrar um Estado com tamanha dimensão.

O Estado do Pará vai ficar com 249 mil quilômetros quadrados, do tamanho do Estado de São Paulo. Com esse tamanho, o Estado do Pará deveria já pensar em ser, no mínimo, o segundo na hierarquia das rendas nacionais deste País. Mas essa classificação não se dá pelo tamanho do Estado, senão o Estado de São Paulo não teria 900 bilhões de reais do PIB, enquanto o Pará tem apenas 39 bilhões. Seria o inverso exatamente.

Nós - eu e os Deputados Wandenkolk Gonçalves, Zequinha Marinho, Bel Mesquita, Asdrubal Bentes - 5 Deputados da região sul e sudeste do Pará, somos solidários a todo o Estado, mas queremos que o nosso povo vá às urnas para dizer "sim" ou "não". Que o povo do Pará se manifeste, porque assim reza o princípio constitucional. Não somos nós quem vamos decidir, aqui e agora, pela criação ou não do Estado do Carajás; será a população do Estado do Pará, através do plebiscito a ela delegado por esta Casa, por princípio constitucional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados de outros Estados - que não do Mato Grosso ou do Mato Grosso do Sul, de Goiás ou do Tocantins, porque ali há unanimidade, pelo testemunho do desenvolvimento, que pudemos presenciar, do Estado irmão e vizinho, que é o Tocantins -, digo, às vezes, que quero a criação do Estado do Carajás porque tenho ciúme e inveja do Tocantins.

No Tocantins, há 4 faculdades de Medicina, Sr. Presidente. Era o Estado mais pobre desta Nação, o corredor da miséria goiana. Hoje ele tem 4 faculdades de Medicina.

Nós, do outro lado, com 1,4 milhão de habitantes, mais que no Tocantins, não temos nenhuma faculdade de medicina. Há 4 faculdades de engenharia no Tocantins e nenhuma no



Carajás.

Todas as estradas que interligam os Municípios do Tocantins são asfaltadas. Mais da metade dos nossos Municípios não têm asfalto, Deputado Ronaldo Caiado. Queremos o desenvolvimento do Estado como um todo.

Por isso, queremos um governante próximo das necessidades do nosso povo, para o bem do Pará, para o bem da Amazônia. É esse o nosso sonho. É o sonho do nosso povo.

Deputada Bel Mesquita, V.Exa., que é paulista, mas para lá foi acompanhando seu marido, e ali reside há tantos anos, sabe dar o testemunho disso, aqui e agora.

Queremos continuar a sonhar, queremos sonhar grande. Tenho certeza de que este será também o desenvolvimento para o Estado mãe. O Estado mãe, Pará, sofrerá um processo de desenvolvimento formidável.

Encerro dizendo que o Estado mãe tem 85% das indústrias do Estado do Pará. Nós, do Carajás, temos minério, mas lá há indústria, há gusa em brasa, no norte, há caulim, bauxita, os melhores hospitais do mundo, 8 universidades, um aeroporto internacional, portos e aeroportos, uma malha viária consolidada.

Agradeço a todos os partidos que encaminharam voto favorável e que estão votando a favor de que o povo venha, através de um plebiscito, manifestar-se.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



075.4.53.O
Publ.: DCD - 15/04/2010 - 15201

Sessão Extraordinária - CD

14/04/2010-20:26

ZENALDO COUTINHO-PSDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Decreto Legislativo 2300 de 2009 (Dispõe sobre a realização de plebiscito para criação do Estado do Carajás), do Senado. Ponderações sobre a inconveniência da votação da matéria sem o devido estudo técnico a respeito

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese uma votação expressiva de 265 Parlamentares, é bom lembrar que é preciso haver 257. Ainda há pouco, eu dizia que a minha preocupação com referência ao Estado do Tapajós era o empobrecimento daquela região e que precisávamos de um tempo para promover estudos que esta Casa poderia patrocinar. Não consegui sensibilizar grande parte dos colegas. Agora, no entanto, com referência a Carajás, gostaria que se fizesse nova reflexão.

Estarão subtraindo do Pará, desde a Hidrelétrica de Tucuruí, 3 quartos da província mineral e cerca de 11 milhões dos 16 milhões de cabeças de bovino. Ou seja, cerca de 70% da área produtiva daquele Estado estará sendo subtraída, o que seria como retirar de Minas o Triângulo Mineiro; de São Paulo o parque industrial; do Rio de Janeiro a bacia petrolífera, condenando 5 milhões de habitantes da Região Norte a nenhuma possibilidade de manutenção. Esse é o entendimento *a priori*.

Mas o que estou pedindo, prezados colegas, é um estudo feito no prazo mínimo, que pode ser patrocinado por esta Casa e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, do próprio Governo. Esse Estado, que aparentemente será rico, será menor do que a Vale, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, será o Estado privado da Vale. Eu quero saber se, acima de tudo, estarão os negócios da empresa ou os interesses do povo.

Trago aos eminentes pares essa preocupação e o apelo - pela razão e não pelo compadrio ou porque algum colega me pediu. Peço reflexão para que possamos produzir esse estudo e defender o pacto federativo. Uma das Unidades da Federação é o Estado do Pará, com sua integridade territorial, com sua gente. Quero saber se a divisão irá atender apenas a interesses políticos e eleitorais ou se atenderá aos interesses do povo, aos interesses daquela gente. Reflitam, Srs. Deputados!

Conversei com alguns Líderes e colegas, que me disseram: "*Zenaldo, infelizmente, um colega me pediu. Infelizmente, um colega me fez assumir o compromisso*". Faço o apelo à razoabilidade, ao bom-senso e à maturidade desta Casa: deixem a Comissão de Finanças e Tributação requerer os estudos dos impactos econômicos, financeiros, tributários e sociais sobre a qualidade de vida daquela gente.

Simplesmente dividir por dividir? Vamos fazer um estudo geral, como quis o Constituinte de 88, sobre a geopolítica nacional, para verificar se é bom ou ruim criar novos Estados de acordo com as circunstâncias específicas de cada região.

Lembrem-se de que o Estado do Pará está na região amazônica, onde, em que pese tenhamos muitas riquezas, ainda existe muita pobreza. Precisamos de muitos recursos a serem investidos em obras estruturantes, como a Transamazônica, a BR-163, não em



construção de palácios de Governo, de assembleias legislativas, da burocracia estatal. Segundo o IPEA, serão cerca de 1,5 bilhão de reais para a implantação do Estado e muitos outros bilhões para manutenção da estrutura burocrática, estatizada. Em vez disso, poderíamos melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH daquela gente, que clama e reclama por obras estruturantes, como as que precisamos no sul e no nordeste do Estado, no Baixo Tocantins, no Baixo Amazonas e na Transamazônica.

Essa integridade, que pode parecer grande demais para muitos de fora da região amazônica, o que é para um Estado cuja possibilidade de investimentos em cada área privada é de apenas 20%, por causa da reserva legal que impede a exploração em razão da defesa do meio ambiente?

Todas essas reflexões não estão sendo feitas neste momento. Todos os estudos que peço não foram feitos por absolutamente ninguém. Pedimos a possibilidade do estudo, da reflexão. Sei que sou aqui uma voz quase que isolada, lutando e brigando. Mas o faço por convicção, por respeito ao povo do Pará e à Federação, independentemente das consequências eleitorais que possam advir disso.

A responsabilidade a que somos chamados independe do que o eleitor pode ou não naquele momento votar, mas depende daquilo com que estamos comprometidos: a responsabilidade em razão do que é melhor para ele.

Assim, Sr. Presidente, peço aos nobres pares: deixem a Comissão de Finanças e Tributação fazer os estudos e as análises, chamar o IPEA para uma reflexão. Aí, sim, poderemos dizer: *"Olha, é bom dividir, porque melhora a qualidade de vida de todos"*. Ou, então: *"Não dividam porque vocês vão piorar em muito a qualidade de vida de todos"*.

Só será bom se o for para todos; não há de ser bom se o for para um pedaço do Estado. Lá temos apenas 7,4 milhões de habitantes, o que para o Brasil, pode parecer pouco, mas para nós é muito, porque o Pará é o Estado mais populoso da região amazônica.

Este é o apelo que deixo no coração de cada colega, independentemente de partidos e regiões: defendamos o conhecimento e a ciência em defesa da sociedade e do povo brasileiro.

Muito obrigado.



075.4.53.O
Publ.: DCD - 15/04/2010 - 15189

Sessão Extraordinária - CD

14/04/2010-20:26

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

LIRA MAIA-DEM -PA
ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Decreto Legislativo 731 de 2000 (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós). Ponderações sobre a importância da criação do Estado do Tapajós.

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje, com certeza absoluta, é um dia histórico para nós nesta Casa. Há 10 anos tramita nesta Casa um decreto legislativo para ouvir a população do Pará a respeito da criação do Estado do Tapajós. Esse projeto foi aprovado no Senado, por unanimidade, no ano 2000. Está aqui há 10 anos, Deputado Fraga, e hoje esta Casa, graças à aquiescência e ao entendimento das Lideranças, está com a matéria em pauta.

Ocupo esta tribuna para, antecipadamente, agradecer a V.Exas. o fato histórico que está acontecendo hoje nesta Casa.

O que estamos votando é apenas uma autorização plebiscitária, um direito constitucional do povo do Pará de se manifestar a favor ou contra. Respeitamos que sejam contra. Mas vamos ouvir, vamos dar oportunidade. Ninguém aqui pode cessar o direito do povo do Pará de ser ouvido em plebiscito. É bom que todos entendam que vamos autorizar o plebiscito, para que o povo do Pará seja ouvido.

Colegas Parlamentares, hoje, no Pará, existe uma campanha da imprensa dizendo: Pará, eu te quero grande! Eu quero dizer também ao povo do Pará: Pará, eu te quero grande! Eu te quero grande na dignidade do povo, na gestão pública do Estado, na dignidade da população, não apenas na dimensão territorial, porque esta é empecilho ao povo.

Por que nós que vivemos no Pará, na Amazônia, temos de ser pessoas de segunda categoria?

Peço a V.Exas. que façam um gesto de exercício da democracia. A Constituição Federal dita que temos de dar ao povo o direito de fazer o plebiscito.

Quero dizer a V.Exas., Deputados Michel Temer e Zenaldo Coutinho, que esse projeto está sendo discutido há 157 anos.

Quando estudaram neste País a divisão territorial da Amazônia, por uma questão de segurança, autonomia e soberania nacional, foi sugerida a criação da Província do Tapajós.

Esse assunto é antigo. Lá, na nossa região, o locutor da rádio fala em Santarém do Tapajós, em Monte Alegre do Tapajós, em Altamira do Tapajós. Na prática, esse Estado já existe. E há de existir com a vontade do povo desta Casa.

Peço a V.Exas. e tenho certeza de que a bancada do Pará, em sua grande maioria, votará "sim" ao plebiscito, até porque queremos que o povo decida. Seja qual for a decisão do povo, estarei do lado dele.

(O microfone é desligado.)

O SR. LIRA MAIA - Vamos votar "sim". Vou apoiar o que o povo decidir e dou o direito ao contraditório. Aprovado o plebiscito aqui, Deputado Zenaldo, vamos ao Pará discutir com a população. Quem for contra será contra, quem for a favor será a favor. Temos o direito de nos manifestar. Agora, esta Casa não pode tirar do povo do Pará o direito de discutir e dizer se é a favor ou contra. Se for contra, vou respeitar, se for a favor, vou comemorar.



Viva o Pará! Viva o Tapajós!
"Sim" ao Tapajós.



075.4.53.O
Publ.: DCD - 15/04/2010 - 15188

Sessão Extraordinária - CD

14/04/2010-20:26

ZENALDO COUTINHO-PSDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Decreto Legislativo 731 de 2000 (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós). Ponderações sobre a inconveniência da criação do Estado do Tapajós sem o devido estudo técnico de sua viabilidade.

O SR. ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Ronaldo Caiado, a quem respeito e que tem conhecimento sobre muita coisa a respeito do Brasil, realmente V.Exa. tem dificuldades para comparar o Tocantins com o Estado do Pará.

Prezado amigo Ronaldo Caiado, o Pará não tem 951 mil quilômetros quadrados, mas 1 milhão, 250 mil quilômetros quadrados.

A primeira distinção é a seguinte: o Tocantins era uma área verdadeiramente pobre no Estado de Goiás, mas sem impedimentos e restrições ambientais. Por isso, o Tocantins se desenvolveu com o agronegócio, com a pecuária, que se expandiu.

Tenho, com referência ao Tapajós, uma avaliação diferente do Carajás. Sou votado na região do Tapajós. Minha preocupação é com a qualidade de vida daquela gente.

A região do Tapajós, com apenas 10% do PIB paraense, com dificuldades e restrições severas, terá condições de bancar uma estrutura e uma máquina administrativa e ainda conseguir qualidade de vida, com saneamento, saúde, segurança, transporte e educação para o povo? Tenho dúvidas. Não tenho certeza, e a certeza para um Congresso inteligente é o estudo científico, é a pesquisa, é a ciência.

Por isso, estou apelando aos colegas para que antes do plebiscito tenhamos o estudo científico dos impactos econômicos, financeiros, tributários e ambientais da criação do Estado do Tapajós. Ademais, algumas discussões aqui levantadas para mim são simpáticas. Aumentaria a bancada da Região Norte. Haveria maior quantidade de Deputados Federais, certamente subtraídos de outras regiões. Isso, para nós, é simpático. Mas pergunto: será que apenas a quantidade de Deputados haverá de mudar a qualidade de vida daquela gente?

Um estudo, um diagnóstico feito pelo IPEA mostra que grande parte daquela região não terá condições de suportar o custeio da máquina. Pergunto: quem vai bancar em média 1,5 bilhão para implantação do Estado do Tapajós e 1,5 bilhão para a implantação do Estado do Carajás, reduzindo o Estado do Pará a 20% do seu território, deixando 5 milhões de habitantes na Região Norte?

Quais são os impactos da geração de tantos Estados dentro de uma realidade que não conhecemos cientificamente? Não temos nenhum estudo. Aliás, quem diz que não tem nenhum estudo não sou eu, são o IPEA e o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, através do Governo do Estado. São organismos que têm refletido sobre essa questão. Não há estudos com dados primários sobre o futuro. Um bilhão e meio para a implantação de um Estado. Será que nós, que agora estamos discutindo 7% - até parece conta de mentiroso - de aumento para o aposentado, temos condições de gastar com máquina burocrática e administrativa? Será que vamos ter condições de tomar essa decisão sem nenhum estudo?



Estou solicitando ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados a possibilidade de um estudo científico, para que tenhamos responsabilidade com a qualidade de vida do povo e não com o atendimento do pedido de um amigo que eu tenha dentro da Câmara. É o apelo que faço. Tenho aqui uma relação pessoal positiva com muitos amigos, mas não quero que seja considerada essa relação pessoal. Quero a responsabilidade histórica da Câmara, a responsabilidade com o pacto federativo. Saber se é bom ou ruim sem um estudo sequer? Essa é a questão que eu trago à consideração dos colegas, fazendo um apelo. A Comissão de Finanças e Tributação, por despacho da Mesa Diretora, está com a responsabilidade de fazer uma análise. Permitam que a Comissão estude, permitam requerermos à Presidência da Câmara um estudo sério, responsável, sobre as consequências para a qualidade de vida do povo.



075.4.53.O
Publ.: DCD - 27/04/2010 - 16458

Sessão Extraordinária - CD

14/04/2010-20:26

ARNALDO MADEIRA-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Decreto Legislativo 731 de 2000 (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós). Razões de seu posicionamento contrário à criação de estados sem os devidos estudos técnicos.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não obstante respeitar os autores da proposta de criação de 2 novos Estados, no caso deste requerimento de urgência de hoje, em que se está discutindo o território de Tapajós, acho que não estamos tratando desta matéria no momento adequado.

Penso que o Brasil precisa de um estudo da sua organização institucional e federativa. Criamos, na Constituição de 1988 e em anos anteriores e posteriores também, alguns Estados e o que vemos é que todos eles são dependentes do Governo Federal. O que ocorrerá é a criação de um novo Estado dependente do Governo Federal, com gastos oriundos não apenas de sua estrutura, mas também com impacto na organização política do País. Haverá mais um Governador, Deputados Estaduais, Tribunais de Contas, Secretários, 8 Deputados Federais, 3 Senadores. Em sendo 2 Estados, o de Tapajós e o de Carajás, serão 6 Senadores e 16 Deputados Federais. Hoje no Brasil já há distorção na representação e na organização político-institucional.

Creio ser mais prudente que esta matéria tramite pelas Comissões, para o debate sobre o tema. Esse é um debate que o Brasil, mais cedo ou mais tarde, vai ter de fazer. Estamos aqui, a 5 meses das eleições, e vamos votar uma urgência - a proposta é esta - sem ter os elementos necessários para avaliar o seu impacto. É simplesmente uma decisão política: cria-se o Estado de Tapajós porque alguns Deputados estão defendendo isso. Não faz sentido algo desse tipo.

Então, quero fazer aqui um apelo aos colegas. Acho que o melhor, em relação a este tema, é que a matéria tramite pelas Comissões, para que sejam ouvidos técnicos e seja feita uma avaliação dessa distribuição espacial do Brasil, e não virmos aqui votar a urgência para algo que não está estudado, que não está debatido, que não está claro.

De maneira, Srs. Parlamentares, que o meu apelo é para que votemos contrariamente à urgência e deixemos esta matéria ser debatida nas Comissões.



075.4.53.O
Publ.: DCD - 15/04/2010 - 15187

Sessão Extraordinária - CD

14/04/2010-20:26

RONALDO CAIADO-DEM -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE

VOTAÇÃO

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Decreto Legislativo 731 de 2000 (Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós). Defesa da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que está sendo colocado hoje em votação? A urgência para votarmos um decreto legislativo a fim de que toda a população do Pará possa decidir se quer ou não a divisão do Estado. É isso. Não se está discriminando ninguém. É um direito de todo o povo do Estado do Pará.

Ali, com a sua realidade, o seu dia a dia, a vida como ela é no Pará, quer-se manter o Estado com 951 mil quilômetros quadrados ou quer-se dividir esse Estado para dar maiores condições de o cidadão ser atendido? Por exemplo, no proposto Estado do Tapajós, entre a cidade de Altamira e um distrito, Castelo dos Sonhos, há mil quilômetros de distância, 2 dias para poder chegar a um distrito.

Como é a vida nesse interior do Pará, como são as condições de saúde, de educação, de renda *per capita*, de presença do Estado? Por que, Sr. Presidente, eu me propus a defender essa tese? Porque falo com a credencial de ser Deputado pelo Estado de Goiás e por termos aceito a divisão do Estado e criado o Estado do Tocantins.

Aquela região norte, que ficava distante 1.200 quilômetros da Capital, é hoje um Estado que floresce, é hoje um Estado desenvolvido, é hoje um Estado com outra infraestrutura, com outra qualidade de vida, com um povo, sem dúvida nenhuma, sendo muito bem atendido. Qual é a dificuldade?

Amanhã, criaremos o Tapajós, o Carajás, mas continuará o Estado do Pará. O Tapajós será a metade? Não será a metade, porque grande parte do seu território é ocupada por reservas ambientais e indígenas.

É preciso ficar claro que essa matéria não vai comprometer em nada o Estado originário do Pará, mas vai dar oportunidade para que toda essa região cresça e as pessoas possam ser mais bem atendidas lá.

Essa matéria, Srs. Deputados, já foi aprovada por unanimidade no Senado Federal. Não entendo por que está tendo dificuldade de ser aprovada nesta Casa.

O Parlamentar encaminhou contrariamente e disse que precisamos rediscutir porque se vai criar um Estado, com mais um Governador, mais Deputados, mais um Poder Judiciário. Pergunto: e o crescimento dessa região? Darei uma resposta rápida. Quando Goiás permitiu a criação do Tocantins, da criação até 2004, os 2 Estados cresceram 101%, enquanto o Brasil cresceu 34%. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, divididos, cresceram 600% do PIB dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Conclua, nobre Deputado.

O SR. RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, o que estamos mostrando aqui com dados concretos? Aumentou o PIB nessa região, melhorou a resposta ao cidadão, a renda *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano, a qualidade de vida.

Por que queremos manter um Estado com 951 mil quilômetros quadrados que não dá atenção



à população, não dá ao cidadão condições de ter o apoio e a presença do Estado nos quadrantes mais distantes da Capital?

Por isso, Sr. Presidente, encaminho o voto favorável à urgência e faço aqui uma homenagem ao meu velho amigo e companheiro Giovanni Queiroz, que durante tantos anos tem lutado pelo Estado do Carajás. O Deputado Lira Maia, sem dúvida alguma, tem erguido a bandeira do Tapajós. E Giovanni Queiroz, a bandeira do Carajás.

Meus parabéns, cumprimento-os e tenho certeza de que na noite de hoje V.Exas. receberão o voto favorável e o plebiscito será feito.

Muito obrigado.

Um abraço. (*Palmas.*)



343.3.53.O

Publ.: DCD - 09/12/2009 - 69778

Sessão Extraordinária - CD

08/12/2009-14:26

ASDRUBAL BENTES-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES

COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Aprovação, pelo Senado Federal, do projeto de decreto legislativo acerca da realização de plebiscito sobre a criação do Estado do Carajás.

O SR. ASDRUBAL BENTES (Bloco/PMDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, o Senado da República aprovou o projeto de decreto legislativo, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que prevê o plebiscito para a criação de um novo Estado, o de Carajás, desmembrado do Pará. O processo está nesta Casa e há aqui hoje uma comitiva de Prefeitos, Vereadores, políticos, empresários, enfim, de todas as classes representativas da sociedade sul-paraense, pleiteando que esse projeto, que está apensado ao projeto do Deputado Giovanni Queiroz, seja discutido, votado e aprovado. Quero saudar essa comitiva que se deslocou dos mais longínquos rincões deste País, do sul e sudeste paraense, e veio a esta Casa pedir aos Srs. Deputados que votem em favor desse plebiscito.

Há muito, tenho-me debatido no sentido de que o povo da região sul e sudeste do Estado possa ser ouvido, possa dizer se quer ou não a criação desse Estado a exemplo do que acontece no oeste do Pará, no Estado de Tapajós.

Creio que chegou a hora de acabarmos com esses macro-organismos estatais, com Estados com dimensão incalculável que se tornam ingovernáveis.

Temos que ouvir o povo daquela região, que quer, almeja, sonha, deseja e espera ver concretizado esse sonho e torne realidade o novo Estado que não vai dividir, mas que vai somar, a exemplo do que ocorreu com Tocantins e Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estados criados e que não trouxeram nenhum prejuízo ao Estado mãe. Pelo contrário. Contribuíram para o desenvolvimento das duas regiões. Com isso, quem ganhou foi o povo daquelas regiões, foi o País, que conquistou mais força política nesta Casa para brigar pelos interesses daquelas regiões.



337.3.53.O

Publ.: DCD - 03/12/2009 – 68542

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão Extraordinária - CD 02/12/2009-11:50

GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Inclusão na pauta da proposta de realização de plebiscito sobre a criação do Estado do Rio São Francisco.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, V.Exa., este Parlamentar e muitos outros Constituintes que aqui estão ajudamos a criar o Estado do Tocantins, que está em pleno desenvolvimento. Ontem, o Senado Federal aprovou plebiscito sobre a criação do Estado de Tapajós.

Gostaríamos de pedir a V.Exa., que é da Mesa, e ao Presidente Michel Temer, que coloquem na pauta os demais projetos de plebiscito sobre a criação de Estados, a exemplo do Estado do Rio São Francisco, para que o Plenário possa decidir.

Em Pernambuco, como Deputado Estadual há mais de 20 anos, ajudamos a criar vários Municípios que, a exemplo de Lagoa Grande, Capital da Uva e do Vinho do Nordeste, estão em pleno desenvolvimento.

Por isso, nosso apelo para que coloquemos em votação no Plenário o projeto de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco.